



Presidência da República

Oito anos de estabilidade, desenvolvimento e conquistas sociais

Discurso do
Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso,
na reunião ministerial –
Programa de Trabalho para 2002

Palácio do Planalto

Discurso do
Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso,
na reunião ministerial
Programa de Trabalho para 2002

Palácio do Planalto

**Senhor Vice-Presidente, Senhores Ministros,
Senhoras Ministras, Senhores altos funcionários,
Senhoras, Senhores,**

Eu havia convocado esta reunião há algum tempo. E ordenei que ela fosse aberta, ou seja, que tivéssemos a mídia presente e que ela fosse retransmitida. Aqui também estão os líderes partidários e agradeço suas presenças

Trata-se de uma reunião que temos feito normalmente nos últimos anos, na qual se dá um balanço do que foi realizado. E o mais importante é que se definem as metas, os trabalhos, as diretrizes a serem cumpridas.

Este é o último ano do meu segundo mandato. É oportuno, portanto, que se faça um balanço um pouco mais aprofundado, sobre o que nós conseguimos fazer no Brasil. E esse "nós" não sou eu, nem são os Ministros. É o povo. É o conjunto e nós, como parte desse povo. Foram as mudanças possíveis de serem implementadas nestes sete anos de mandato, sem mencionar os anos anteriores, nos quais – muitos dos aqui presentes – estávamos empenhados na formulação e, depois, na implementação do Plano Real.

É de lembrar-se até, como costuma fazer o Ministro da Fazenda, que dentro de poucos dias, no dia 1º de março, será o oitavo ani-

versário da URV.¹ Alguns talvez já tenham até se esquecido do significado de URV – Unidade Real de Valor.

Naqueles dias angustiados que vivemos, no ano de 93 para 94, muita gente duvidava da capacidade do Brasil de colocar suas finanças em ordem, de reorganizar o Estado nacional, de definir objetivos que fossem sustentáveis politicamente e de seguir adiante no seu rumo.

Nós vínhamos de uma primeira metade da década de 90 muito difícil. Razões objetivas, algumas internacionais, outras nacionais, nos haviam levado a uma volta galopante da inflação. A inflação chegou a 40% em um mês. Quando eu mostrar alguns gráficos – o que todos já sabem – ver-se-á que se anualizássemos aquela inflação – meu Deus! – teríamos milhares de por cento num único ano, em 1994.

Era muito difícil. Nós não tínhamos noção objetiva de a quantas andávamos.

Os que participaram, ainda no Governo Itamar Franco, do começo desta reorganização do Estado brasileiro, hão de se recordar que as contas entre o Tesouro Nacional e o Banco Central eram muito pouca claras. Falava-se, mesmo, numa chamada “caixa preta” do Banco Central. Eu me lembro que o doutor Edmar Bacha fez um trabalho importante, um “livro branco”, para explicar melhor a quantas andávamos, quem devia o quê e quanto a quem.

Também nessa época preparatória do Plano Real, houve um imenso trabalho do Congresso Nacional, para refazer o Orçamento, para obter modificações de leis. Conseguimos mostrar aos congressistas, que apoiaram o Plano, que na verdade havia uma rigidez orçamentária muito grande e que era quase impossível administrar o caixa do Tesouro com tantas vinculações, que obrigavam a despesas automáticas.

E havia uma generalizada inadimplência: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, os bancos estaduais – sobretudo os bancos estaduais. Não havia pagamento de cada unidade da Federação para a União. Foram muitos anos, para que pudéssemos, real-

mente, chegar a um estado de solvência do aparelho público, nos seus três níveis – municípios, Estados e União. As primeiras leis aprovadas pelo Congresso são de 93 e 94. As negociações começaram com os Estados junto ao Ministério da Fazenda. Primeiro, para que os Estados soubessem o quanto deviam. Segundo, para que houvesse a idéia de que “pagar é devido”, porque, se não se paga, não há o fluxo de recursos e quem sofre é o povo, porque não há como prestar serviço social.

A Caixa Econômica Federal estava paralisada, porque havia uma inadimplência dos setores públicos. O setor elétrico já havia sido saneado, ainda no Governo Itamar Franco, pelo Doutor Eliseu Resende, hoje um Deputado ativo e que foi Ministro da Fazenda por alguns meses. Houve uma negociação do setor elétrico de cerca de 22 bilhões de dólares. Foi o que custou o ajuste do setor elétrico, naquele momento, porque os Estados não pagavam às geradoras da União.

Era esse o quadro. Havia até desânimo. Pois bem, ao invés de cedermos ao desânimo, nos organizamos e trabalhamos, pacientemente. E progressivamente fomos repondo o país em condições de normalidade.

A normalidade democrática já vinha de antes. Tínhamos uma nova Constituição. O Congresso, naquela ocasião, passava por uma fase extremamente delicada – eu era Senador, além de ter sido Ministro, nessa época – porque havia a CPI do Orçamento.²

Não havia rumo. Alguns achavam que o governo, nessas condições, não tinha como atuar duramente na economia. Não foi meu ponto de vista.

As idéias predominantes então, em matéria de como controlar a inflação, eram muito simplistas. Havíamos passado por uma experiência positiva, que foi o Plano Cruzado,³ mas que gerou na opinião pública a idéia de que o fundamental era controlar preço e – quem sabe? – prender algum atravessador. Era essa a ideologia predominante, o sentimento predominante.

Eu e a equipe que havíamos formado, nos opúnhamos a esta visão. Achávamos que era preciso, realmente, remexer nas ques-

tões fundamentais do país, e reviver os mecanismos de mercado, de transparência, de noção de responsabilidade. A Lei de Responsabilidade Fiscal é o coroamento de um esforço grande que colocou isso tudo em ordem.

Pois bem, a partir deste quadro, começamos a trabalhar. Não só o Governo Federal. Houve uma espécie de impregnação no país da necessidade de uma reorganização de tudo e um espírito de maior seriedade no trato da coisa pública. E nós começamos a definir um projeto para o Brasil.

Nenhum país se mantém ativo se ele não tem uma perspectiva de futuro, se ele não é capaz de sentir para onde vai. Nestes anos, começamos a reorganizar essas perspectivas de futuro para definir um projeto nacional. Projeto nacional que tinha que ser distinto do que fora o projeto – aliás, bem sucedido – dos anos 60, 70, baseado na substituição de importações e no fato de que o Estado podia arrecadar impostos e investir no setor basicamente de infra-estrutura. As condições do mundo haviam mudado. As condições do Brasil haviam mudado também. O processo inflacionário corroía a capacidade do Estado de ser um poupador líquido, e o Estado passou a ser um devedor líquido. O Estado, ao invés de poupar, ou melhor, de carrear a poupança do povo para o investimento, passou a tomar dinheiro emprestado para pagar suas próprias custas. Então, perdeu essa capacidade e se transformara num Estado grande, mas ineficaz, sem as condições mínimas de atuação.

O projeto nacional, portanto, não podia ser pensado como um projeto estatal. Tinha que ser pensado como um projeto da sociedade. Daí a definição do Brasil em Ação, e depois do Avança Brasil.⁴ Eles são programas que são debatidos com a sociedade, são debatidos no Congresso Nacional, debatidos nos vários Estados, com apoio de técnicos, basicamente através do BNDES e amplas consultorias. São milhares de pessoas envolvidas. Isso tem como pressuposto que uma sociedade não se resume ao seu Estado, e que o planejamento não pode ser fruto de tecnocratas que decidem o que é melhor e o que é pior. Tem que haver uma ampla acomodação com as forças da sociedade e uma estimulação a essas forças e, naturalmente, uma sinalização forte do Estado, para que o planejamento possa avançar.

Mudamos a concepção de desenvolvimento, portanto. Muita gente passou a achar que o Brasil não tinha um projeto nacional, porque olhava no retrovisor e queria o mesmo projeto que fora vitorioso no passado, mas que já era inviável nas condições atuais. Fomos implementando o novo estilo de projeto nacional.

Este projeto também apresentou algumas modificações conceituais importantes. Ao invés de pensarmos na concentração numa certa área ou numa certa atividade para daí, em círculos progressivos, haver o crescimento de todos, achamos que seria melhor organizar as nossas ações em função de certos eixos de desenvolvimento.

Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento



Aí estão os eixos de integração e desenvolvimento, que dão uma espécie de distribuição no espaço das atividades fundamentais.

Este quadro pode trazer-lhes uma ilusão: a de pensar que nosso projeto de desenvolvimento é basicamente físico e de infra-estrutura. Não. Em cada um desses eixos, fomos adensando as ações sociais. Todos eles são pensados como um conjunto de ações que vão se multiplicando e se adensando, somando-se umas às outras, de tal maneira que possamos ter uma transformação do conjunto do Brasil. Ao invés de concentrar desenvolvimento em certas áreas, a intenção foi, portanto, a de integrar o país.

Essa integração não podia ser mais pensada como nos anos 50 e 60, em que, por exemplo, a idéia seminal e importante de uma Sudene⁵ tinha sentido porque se imaginava, primeiro, a ação do Estado, da forma que mencionei aqui, e, segundo, que aquela região tinha que ter em si mesma uma dinâmica. Hoje, o mercado nacional está unificado. O que se precisa é, realmente, criar os vínculos para obter uma distribuição mais eqüitativa dos benefícios do progresso.

Mais ainda: nas condições do mundo atual, não poderíamos pensar o Brasil isolado do mundo. Tínhamos que pensá-lo como parte desse mundo. Até na própria concepção física dessa reestruturação existem eixos que se articulam com outros eixos no espaço sul-americano, como veremos mais adiante.

Esses são os eixos. Vou cansá-los um pouquinho e peço perdão por isso. Mas acho que é importante – este, talvez, seja o momento de balanço mais significativo desses últimos anos – eu me estender em certos pontos.

Quero inverter um pouco a lógica habitual com a qual costumamos fazer nossas exposições e, partindo de alguns desses eixos, de algumas dessas áreas de integração, vou mostrar o que está sendo feito nelas. Vou tomá-las como pretexto para chamar a atenção para certos problemas mais amplos, no plano nacional.

Vamos começar pelo chamado eixo de desenvolvimento do Nordeste. Nós temos dois grandes desafios no Nordeste: aumentar a inclusão social e dotar a região de melhor suprimento de água. Fei-

to isso, teríamos muitas possibilidades no Nordeste, na área do turismo, da agricultura de grãos, da fruticultura irrigada, da indústria de transformação e de serviços avançados.

Nordeste

Programas Estratégicos



Nós nos concentramos, portanto, em tocar nesses pontos estruturantes do Nordeste. O mapa é complexo, mas dá para ver que houve um esforço grande na reestruturação da infra-estrutura nas áreas que mencionei, sobretudo para beneficiar a área do turismo.

Nós construímos, ampliamos ou renovamos doze aeroportos no Brasil – doze aeroportos internacionais. Na região do Nordeste, temos aeroportos novos em São Luís (se se considerar a capital do Maranhão como parte do Nordeste; às vezes, é Norte), em Fortaleza, em Natal e em João Pessoa. Estamos terminando o de Recife, há recomendações para terminá-lo neste ano. Temos um aeroporto novo em Salvador.

Mas não pensem que os aeroportos se renovaram apenas no Nordeste. Lá no Acre, há um aeroporto novo. Em Belém, no Pará, há um aeroporto que é novo. Em Curitiba, há um aeroporto que é

novo. O Aeroporto Internacional Tom Jobim, no Rio de Janeiro, tem uma área nova. No Rio Grande do Sul, há um aeroporto que é novo. Estamos preparando, agora, para este ano, a terceira etapa do aeroporto de Guarulhos, em São Paulo.

Ou seja, nestes anos, renovamos integralmente os nossos aeroportos, de tal maneira que o comércio e o trânsito de pessoas se acelerou enormemente. Para lhes dar um dado, no ano passado – ano de crise –, o movimento de pessoas que passaram pelos aeroportos aumentou 8%. São milhões de pessoas que passam, todos os anos, pelos nossos aeroportos.

Além disso, temos os portos, porque sem eles, não haveria possibilidade de uma dinamização de tudo isso. No caso específico do Nordeste, chamo a atenção para dois portos que vamos terminar neste ano, mas que já estão bastante adiantados. Um é o porto de Suape, em Pernambuco, que já está em funcionamento. O outro é o porto de Pecém, no Ceará. São dois grandes portos. O Nordeste é bem dotado de portos. O porto de Itaquí, lá em cima, no Maranhão, é um dos melhores do Brasil, senão o melhor de águas mais profundas. Melhoramos o porto de Cabedelo. Melhoramos o porto de Recife.

Para não me limitar ao Nordeste, no Rio de Janeiro fizemos um porto novo: Sepetiba, já é quase um “hub”, um desses portos de grandes dimensões, onde as empresas trazem os seus grandes contêineres, e, aí, se redistribuem para outros portos. Isso foi feito neste governo. Reformamos as docas do Rio de Janeiro. Refizemos todos os molhes do porto de Rio Grande, os quebra-mares para que se permitisse a entrada de navios. Fizemos a conexão desses portos com as respectivas estradas, como estamos fazendo no Rio de Janeiro, melhorando a área de acesso ao Porto de Sepetiba. No Rio Grande do Sul, fizemos várias estradas para facilitar o transporte de grãos pelo porto de Rio Grande. Paranaguá, no Paraná, é um dos portos de maior dinamismo do Brasil. Temos ainda o Porto de São Francisco, em Santa Catarina.

Privatizamos, em boa parte, esses portos e reduzimos, significativamente seus custos de operação. Porto era o caos. Em termos de custos, era uma dificuldade. Levamos anos para aprovar uma Lei

dos Portos no Congresso Nacional. Foi aprovada e nós a implementamos. Hoje, os portos começam a funcionar como devem funcionar. Alguns deles, como é o caso de Sepetiba, já começam a buscar comparação com Rotterdam, em termos de custos.

Foi preciso ampliar enormemente, no Nordeste, a capacidade de reservatórios de água. Acrescentamos 10 bilhões de litros de água no Nordeste. Algumas obras estão, ainda, em fase de conclusão. Vamos terminá-las este ano. Vamos concluir o complexo do Castanhão, no Ceará, que é três vezes o açude de Orós. No Rio Grande do Norte, há vários reservatórios e aquedutos importantes, as águas estão circulando. Na Paraíba, região muito sofrida – sobretudo Campina Grande – estamos terminando também obras importantes. Do mesmo modo em Pernambuco e Alagoas.

Água, portos, estradas: vamos terminar este ano a estrada que vai de Recife a Caruaru, o governo estadual está nos ajudando enormemente. A mesma coisa em Campina Grande e João Pessoa. Enfim, certas obras fundamentais de duplicação de estradas estão sendo feitas para que possamos, realmente, corresponder às potencialidades de crescimento do Nordeste do Brasil.

Era importantíssimo, também, que o Nordeste dispusesse de energia. Há certa ironia na história. A usina de Xingó, usina importante, iniciada no governo Collor, teve a sua primeira turbina inaugurada no governo Itamar Franco. Xingó produz 3 mil megawatts. O Nordeste todo, naquela altura, quando começou Xingó, tinha capacidade de cerca de 3.500 megawatts, com todo o complexo de Paulo Afonso, do Rio São Francisco e do Parnaíba. Pois bem, nesses anos de governo, nós instalamos, em Xingó, 2.500 megawatts. Xingó tem seis turbinas: cinco foram instaladas no meu governo. Além disso, alguns daqui me acompanharam a Pernambuco, quando fomos inaugurar uma linha de transmissão que ligou Tucuruí ao Nordeste. Essa linha permitiria, na época, a transmissão de cerca de mil megawatts. Portanto, acrescentamos ao potencial energético do Nordeste, que era de 3.500, mais 3.500 megawatts, neste governo.

Dizia-se que o Nordeste não estaria mais sujeito a racionamentos. Pois bem, aí vem a ironia. Onde a situação foi mais difícil,

nesses últimos meses, no ano passado? Foi no Nordeste. Por quê? Porque o Nordeste depende, basicamente, do Rio São Francisco, que teve a pior seca de sua história. Pelo menos, de todos os dados registrados até agora.

Graças aos céus, a chuva veio e recuperou os reservatórios. Mas nós nos avivamos. Nós nos avivamos em que sentido? As vantagens imensas de termos um sistema energético no Brasil, basicamente hidrelétrico, não podem fazer com que cerremos os nossos olhos ao fato de que esse sistema depende da hidrologia, e o controle que se tem sobre hidrologia é relativo. Então, o que se fez foi um plano de diversificação das fontes de energia. Esse plano já em marcha. Só no Nordeste, nós vamos acrescentar, até o fim deste ano, 2.700 megawatts em termelétricidade. O ministro Pedro Parente assente com a cabeça, o que significa que é isso mesmo, porque ele acompanhou isso de perto. O ministro José Jorge já estava ali olhando para saber se eu ia errar ou não. Mas são 2.700 megawatts de termelétricas que nós vamos instalar, só no Nordeste, além da energia, digamos, emergencial, se for necessário.

Não pensem, entretanto, que estamos limitando essa questão ao Nordeste. Tomamos uma decisão importante. A crise de energia nos ajudou a sermos mais realistas, a confiarmos mais nesse povo fantástico, que é o povo brasileiro, e menos nas hipóteses tecnocráticas.

Tivemos também que modificar uma série de questões. Vamos transformar a Companhia Hidrelétrica do São Francisco numa espécie – se me permitem a comparação e mal comparando – de Tennessee Valley Authority, nos Estados Unidos. A CHESF vai ser transformada numa empresa pública, mas com nomeação de técnicos feita por mim e cujo rendimento vai ser para a contínua melhoria das condições hidrológicas e energéticas do Nordeste. Essa usina já está amortizada. Posso dizer com tranqüilidade que 800 milhões de reais por ano – vão ser o recurso permanente para que exista, realmente, a possibilidade do Nordeste avançar na questão energética. E mais, para que seja possível também avançar no que diz respeito ao modo de conceber o uso da água. Esta água vai ser controlada por uma corporação pública. A usina de Xingó fica à parte dessa corporação. Já mencionei suas características. Xingó tem outras especificidades. Xingó praticamente não tem reserva-

tório, o reservatório vem lá de cima, é um cânion que é utilizado para gerar energia. Esse desmembramento é muito importante.

Tudo isso significa que o Rio São Francisco precisa ser valorizado, precisa ser cuidado. Tive oportunidade, por duas vezes, de ir à Serra da Canastra, a nascente do São Francisco. Não adianta ir lá e ver. É preciso fazer coisas. Este ano, há recursos para algumas obras nessa região. Embora não estejam formalmente nos chamados planos estratégicos, não vão faltar recursos para esse programa, que é essencial. No orçamento de 2002, há mais recursos para essas finalidades, porque se não cuidarmos de todo o Rio São Francisco, por mais que se faça, como fizemos, um conjunto de obras importantes, haverá sempre o problema do assoreamento etc.

Mencionei o São Francisco. Na questão energética, há, efetivamente, uma imensa quantidade de obras em marcha. Dir-se-á: mas se é assim, por que houve a crise de energia? Com franqueza: a água contou, a falta de chuvas. Contou também que o modelo que havíamos colocado em marcha não estava muito bem equacionado. Esse trabalho está praticamente refeito para atrair mais investimentos.

Mas contou também um outro fato: a Constituição de 88 abriu a possibilidade de haver concessões ao setor privado para a geração de energia. Isso restringiu a necessidade de os cofres públicos arcarem com o custo do investimento. Entretanto, a Lei de Concessões – e tenho orgulho de ter sido o autor dela – levou cinco anos para ser aprovada no Congresso, foi aprovada em 95. Portanto, de 88 a 95 não se podia fazer leilão de concessão. Nessas questões, os efeitos acontecem anos mais tarde. Quando se olhar os investimentos, vai se ver que eles pararam no fim de 88 e foram retomados em 96. Houve um “gap” de investimento real. Não porque o ajuste fiscal não permitiu que houvesse investimento. Houve até anos em que os investimentos estavam previstos e os recursos não foram utilizados. Mas houve toda uma remontagem da máquina pública para que ela fosse capaz de ajustar-se ao novo modelo. E a inter-relação com o setor privado, para que este tivesse confiança em que as normas iam ser cumpridas, não fluiu bem, do que resultou uma diminuição de investimento.

Pois bem, no Nordeste, além de nos preocuparmos com a questão energética, nos preocupamos com a questão do aproveitamento mais adequado do semi-árido. E aí o desafio fundamental diz respeito às áreas irrigadas. Nós acrescentamos 78 mil hectares de terra irrigada ao Nordeste. Hoje, o Nordeste dispõe de um pólo dinâmico, que é o pólo do São Francisco, em Petrolina e Juazeiro. No Rio Grande do Norte, no Ceará, dispõe de alguns pólos de áreas irrigadas para, basicamente, a fruticultura. Porque irrigação é cara e, se a terra irrigada não for aproveitada com um produto que tenha curso internacional e que tenha agregação de valor, não paga o custo do investimento.

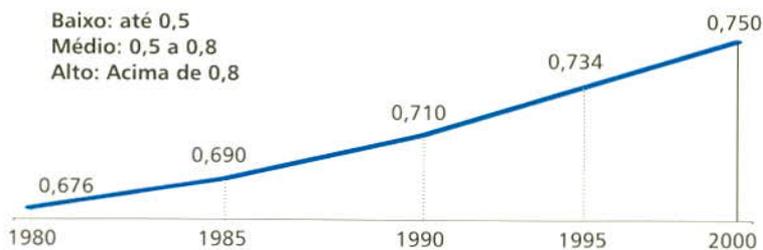
Na verdade, o desafio maior do Nordeste não está circunscrito aos temas que mencionei, mas sim na inclusão social. Nisso, fizemos um esforço bastante grande. Vou me referir ao Nordeste, mas esse é um assunto de âmbito nacional.

Se nós formos ver o Índice de Desenvolvimento Humano de cada município brasileiro, ver-se-á no Nordeste a concentração dos piores índices de desenvolvimento. O quadro seguinte é interessante, porque mostra que, desde 1980 e, com mais velocidade, de 85 em diante, o IDH brasileiro tem crescido sustentadamente. Este índice resume a renda *per capita*, a expectativa de vida ao nascer e o grau de escolaridade.

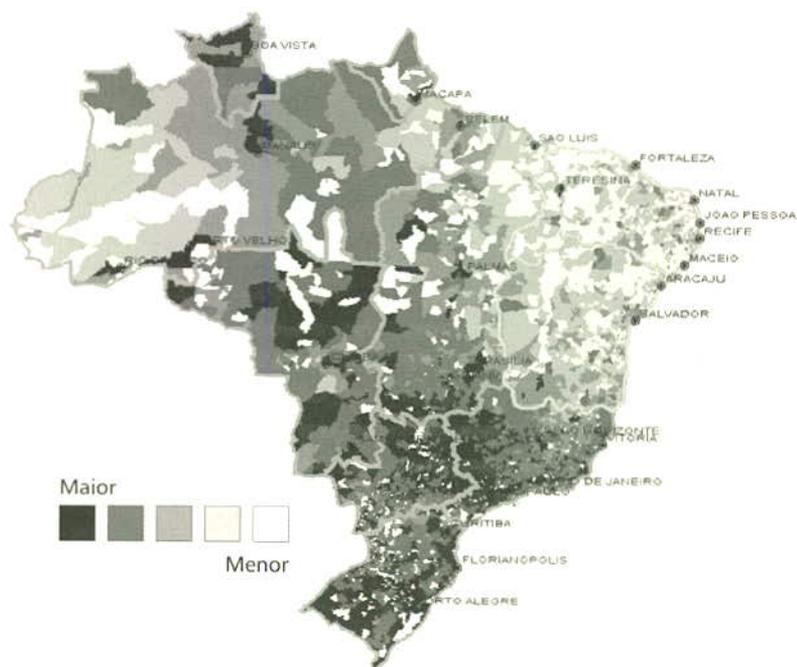
Então, os dados mostram nas áreas sociais o Brasil, não só tem rumo, como tem seguido esse rumo. Não quero cansá-los. Se nós tivéssemos desagregado esses dados, veríamos que, em certas regiões, estamos acima de 0,8. Quem está acima de 0,8 são os países de nível de desenvolvimento humano elevado: Suécia, Estados Unidos, Bélgica, Holanda. Partes do Brasil tem mais de 0,8. Mas, partes do Brasil caem abaixo de 0,7. Por isso, na média, nós estamos em 0,75, aproximando-nos, portanto, dos países de melhor índice, mas com o problema que é nosso drama, o da desigualdade: há regiões abaixo de 0,75.

Como nós sabemos disso, temos que, efetivamente, atacar a questão da desigualdade. Como fazer isso? O desafio fundamental é um misto entre dar mais oportunidade às pessoas e elas serem capazes de usá-las. Dar mais oportunidade é criar emprego, é ter taxa de crescimento mais adequada. Agora, não adianta ter taxa de desenvolvi-

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)



Fonte: PNUD

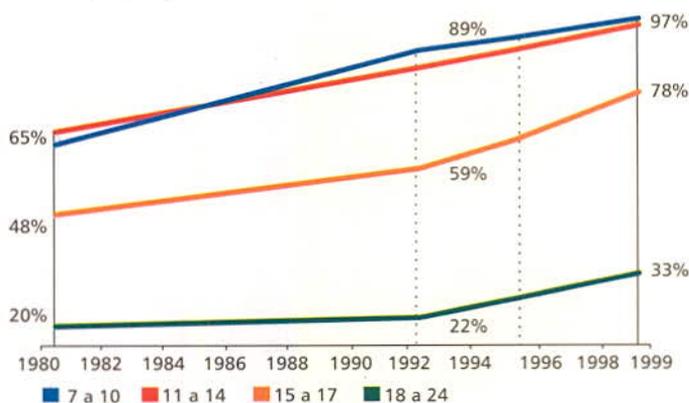


mento adequada e criar emprego, se uma parte da população não tem condições de ocupar esses empregos. Então, é educação.

Aí estão os dados sobre educação. Não preciso falar muito. Os dados já são conhecidos. Estamos nos aproximando de uma escolarização universal. Universal não quer dizer 100% em nenhum lugar do mundo, quer dizer próximo de 100%. O Ministério da Educação fez um trabalho extraordinário. Aqui estão os dados por faixa de idade. Mas, se nós formos desagregar esses dados por outras características, por exemplo de cor, vamos ver que o crescimento da escolaridade dos negros, no Brasil, foi acelerado, nesses últimos anos. No começo da década, em 92, nós tínhamos, apenas 79% das crianças negras nas escolas; agora, temos 93%. Ou seja, aí o crescimento foi muito grande e pegou, realmente, o setor mais pobre do país.

Atendimento Escolar por Idade

% da população



Fonte: INEP

Atrás disso, houve uma mudança constitucional importante, que é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. Sem ele, nós não teríamos feito isso. O FUNDEF permitiu que houvesse mais recursos para as escolas no plano municipal, com a cooperação federal e estadual. O Congresso aprovou. Quando forem ler os debates sobre essa questão, vão ver como as questões corporativas apareciam fortemente lá e como a visão do mundo de quem se arroga a ser progressista, muitas vezes é ultrapassada. Muita

gente se opôs ao FUNDEF, e o FUNDEF foi o mecanismo que permitiu melhorar as condições de salário e mesmo de sala de aula das escolas. O salário nas áreas mais pobres do Brasil cresceu significativamente para os professores do ensino básico.

Na verdade, nós fizemos, na educação, uma "revolução silenciosa". Mesmo nos setores que, eventualmente, são os que aparecem como menos beneficiados por essas transformações.

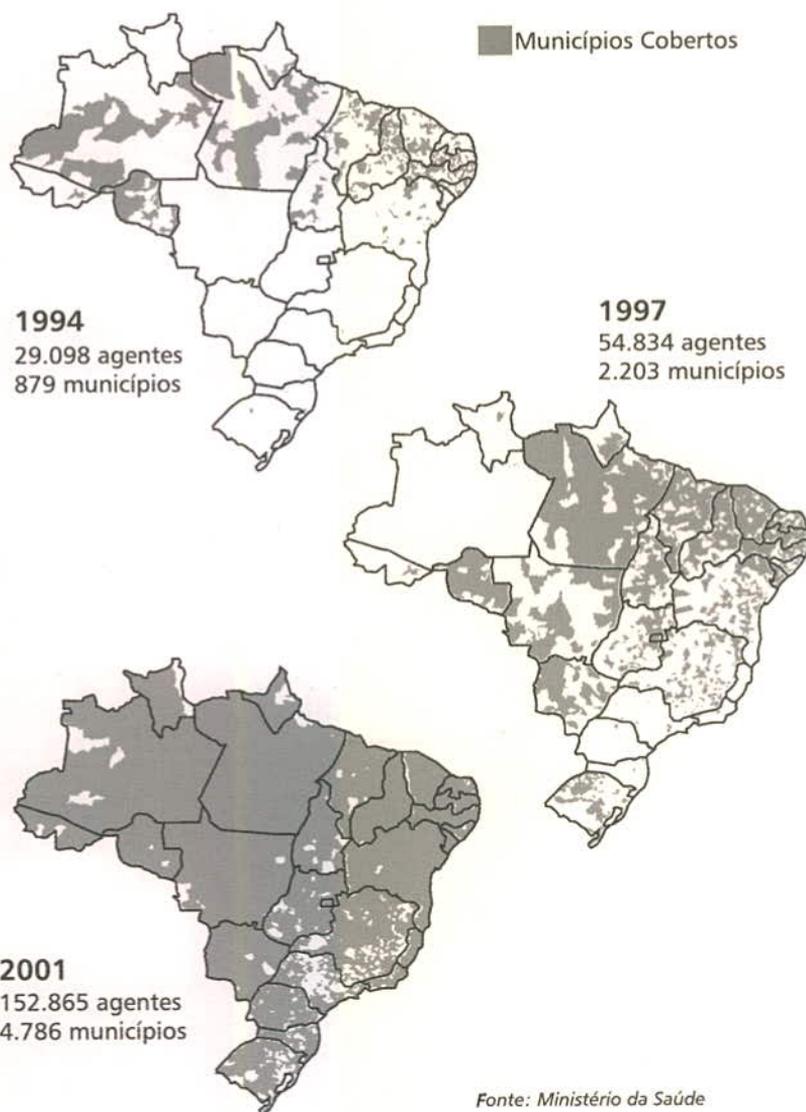
Tomemos a universidade. O número de estudantes dobrou na soma de universidade pública e privada. Por outro lado, houve a introdução daquilo que nunca se tinha feito, no Brasil, o "Provão". Quer dizer, vamos ver quem é quem, vamos fazer provas objetivas. Para julgar o quê? Através do aluno, a escola. E se começa, agora, a tirar a autorização de funcionamento para escolas que não são capazes de formar os alunos no nível adequado. Introduziu-se a idéia de qualidade, portanto, na educação.

Avançamos muito no ensino profissional.

Ao lado da questão da educação – e da questão da educação vista na base, quer dizer, dos mais pobres – está a questão da saúde. Talvez o programa de saúde que tenha o maior efeito e também que apareça com mais brilho é o Programa dos Agentes Comunitários de Saúde. Nós tínhamos 29 mil agentes comunitários de saúde em 94, que alcançavam 879 municípios. Hoje, temos quase 153 mil, alcançando quase 4.800 municípios. Isto também é uma revolução. O agente comunitário de saúde é o morador do local que é contratado e treinado para ir à casa das pessoas. Hoje, temos, também os chamados médicos de família. São 13 mil e vão chegar, até o fim deste ano, a 20 mil. Eles formam equipes com os agentes de saúde, enfermeiras e auxiliares de enfermagem.

Isso altera o quê? A qualidade de vida das pessoas. Tanto a educação quanto as ações de saúde alteram a qualidade de vida das pessoas. Por isso a mortalidade infantil caiu. Vê-se que, no Nordeste, a mortalidade infantil caiu⁶ mais acentuadamente. No Brasil, como um todo, caiu também. Este dado de mortalidade infantil não reflete exatamente o que está acontecendo. Por quê? Porque esse dado provém do IBGE, que não faz pesquisa direta de obituários. No dia

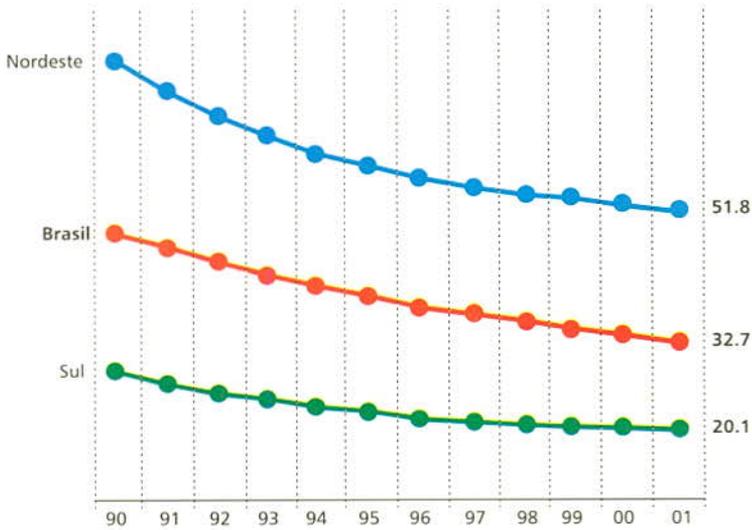
Agentes Comunitários de Saúde



em que obtivermos essas pesquisas – o ministro José Serra disse que está se movimentando nesse sentido – vai se ver que a queda é maior do que a apresentada. Mas essa já é bastante significativa.

Em alguns programas na saúde, os resultados são ainda mais visíveis. O programa que tem maior repercussão no mundo é o do controle da AIDS. Aí estão os dados. Isso se deve ao fato de que o tratamento da AIDS é gratuito – projeto, aliás, do senador José Sarney e lei sancionada por mim. E se deve ao fato de que houve uma mobilização social. As pessoas que cuidam desse programa são, em geral, organizações também ligadas a aidéticos, ONGs controladas por aidéticos ou por pessoas infectadas por HIV. Houve uma movimentação da sociedade brasileira e é impressionante o resultado desse programa.

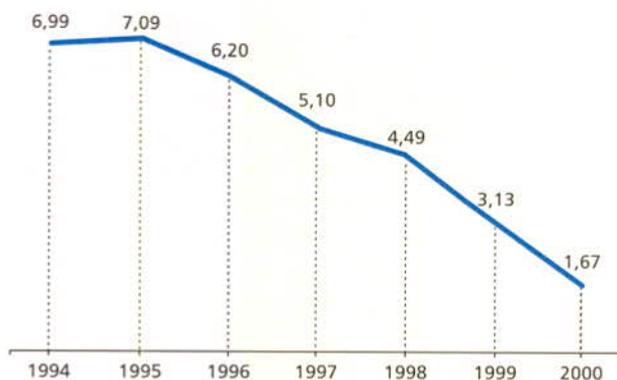
Mortalidade Infantil por 1.000 nascidos vivos



Não quero cansá-los mas, se forem ver o programa de saúde da mulher, que não havia; os programas, por exemplo, de mobilização dos médicos para resolver a questão da catarata; enfim, uma quantidade de programas e, sobretudo, as vacinações maciças que temos feito, que são raras no mundo, vê-se que se mudou a orientação na saúde, como se mudou na educação.

Mortalidade por Aids

óbitos por 100 mil habitantes



Fonte: MS

Na educação, vamos realmente atingir os que mais necessitam e acabar com o analfabetismo. Podemos sonhar com isso. Isso era impensável, quando a maioria de nós, aqui presente, nasceu. Hoje, podemos dizer que está ao nosso alcance, entre dez e quinze anos mais, acabar com o analfabetismo.

No caso dos programas de saúde, falava-se muito que era preciso sair da medicina de alta complexidade, da medicina curativa para a preventiva. Não é sair. É, além da medicina de alta complexidade, passar para a preventiva. É isso que estamos fazendo: médicos de família, agentes comunitários de saúde. É um programa cubano. Só que Cuba é como um pedacinho do Brasil. Aqui, multiplica-se por muito. Porque é bom, nós copiamos o programa e os resultados estão aí.

Mas, certamente, podemos avançar bastante mais nessa matéria – e vamos avançar. Na área da saúde, houve outra modificação essencial, que foram os medicamentos genéricos. Essa é outra revolução. São muitos programas feitos para baratear os remédios, mas, agora, chegou-se ao genérico, que levou a baixar muito o preço dos remédios. Vamos dar novos passos, ainda neste ano, para distribuir gratuitamente remédios de uso contínuo.

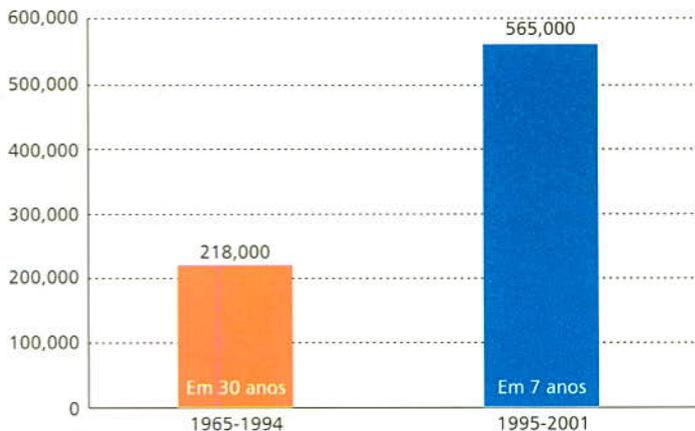
É importante a possibilidade de quebrar patentes. Em Doha, na reunião da Organização Mundial de Comércio, a ação dos ministros brasileiros – ministro Celso Lafer, ministro Sérgio Amaral, ministro José Serra e ministro Pratini de Moraes – foi reconhecida no mundo todo. Por quê? Porque defenderam os interesses do nosso povo. Somos a favor de patentes. Quem não é? Todo mundo que produz intelectualmente deseja que haja patentes. Mas a vida vale mais que o lucro. Em caso de risco de vida, não há patente que possa resistir à decisão do governo brasileiro de atender ao povo. Sem demagogia. Sem fazer disso *slogan* fácil. Sem fazer discurso retórico. Na prática.

Educação e saúde são fundamentos de uma nova sociedade. Nosso projeto para o Brasil não é um projeto simplesmente de substituição de importações. É um projeto que cuida das pessoas. É preciso que haja, realmente, a capacidade de as pessoas usufruírem dos benefícios do progresso. Sem educação e sem saúde, não há isso.

Muito bem, outro pilar da mudança fundamental da sociedade brasileira: acesso à terra. Aqui estão os dados. Eles falam gritantemente. Basta olhar: em trinta anos, até 94, assentamos 218 mil pessoas. Em sete anos, foram 565 mil famílias, 2 milhões de pessoas.

Acesso à terra

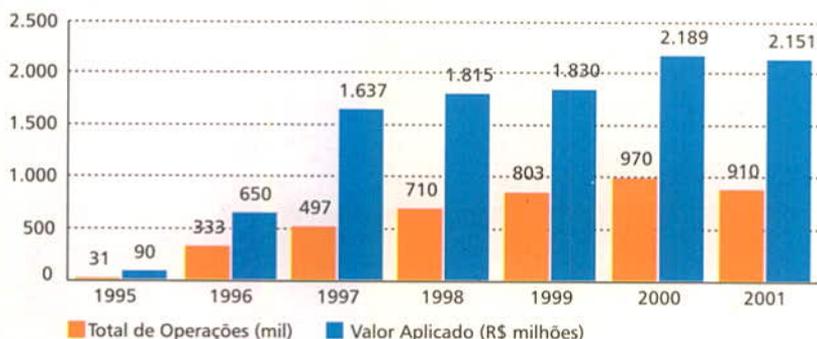
famílias assentadas



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Só que essa gente está produzindo. Então, quando se olham os dados do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, vai-se verificar que existe, pela primeira vez no Brasil, uma atenção à agricultura familiar. Não havia. Simplesmente, a agricultura familiar não tinha acesso ao crédito. Olhem o que aconteceu. Olhem o crédito que está sendo dado, o valor aplicado e o total das operações: são 2 bilhões de reais. Então, hoje, você não só tem o agricultor familiar, como tem o crédito para o agricultor familiar.

Agricultura Familiar



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário - PRONAF

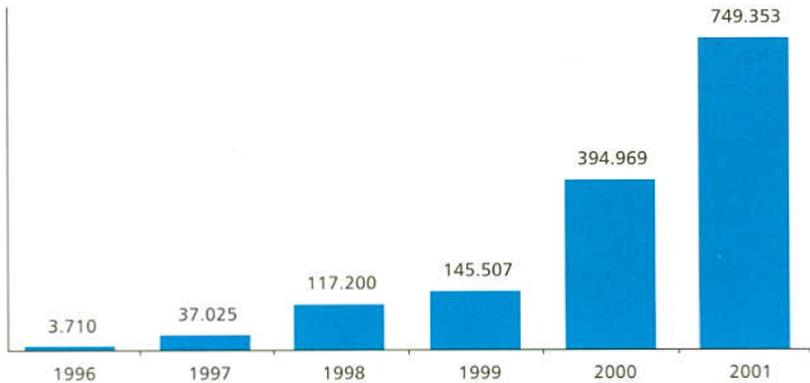
Está uma maravilha? Não está. Está uma maravilha a educação? Não está. Está uma maravilha a saúde? Não está. Há muitos problemas. Mas não os programas não existia antes deste governo. Todos os programas que mencionei agora – FUNDEF, PRONAF – essas siglas foram criadas por nós – nós, brasileiros – nesses últimos sete anos. Começamos a mudar a sociedade na prática, dando acesso aos que mais necessitam, aos mais pobres, aos excluídos. Esse esforço tem um nome específico, é o chamado Projeto Alvorada, no qual se concentram os programas sociais para o Nordeste. A doutora Wanda Engel, aqui presente, coordena esse conjunto de projetos. É a máquina do Estado que se reorganiza para atender efetivamente àqueles que mais necessitam.

Certamente, se queremos uma sociedade melhor, uma sociedade mais democrática, mais oportunidades, mais igualdade, não podemos deixar que as crianças trabalhem para manter ou ajudar a manter a família. Aí estão os resultados do Programa de

Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, da Secretaria de Assistência Social, também criado neste governo. Vejam a quantidade de crianças atendidas. Ela vai num crescendo, porque não é compatível com um Brasil democrático a existência de crianças em idade escolar que estejam trabalhando. Dá-se uma bolsa para as famílias, para que possam tirar a criança do trabalho. Isso significa que se dá uma escola. Portanto, há um entrosamento com o Ministério da Educação e tem que haver saúde para essa gente. E muitas vezes, só na parte agrícola, só na parte da reforma agrária, a quantidade de escolas que não estão registradas nestes quadros é imensa. Casa, habitação, escola, infra-estrutura, no setor mais pobre do Brasil, nos bolsões da miséria.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

número de atendimentos



Fonte: SEAS/MPAS

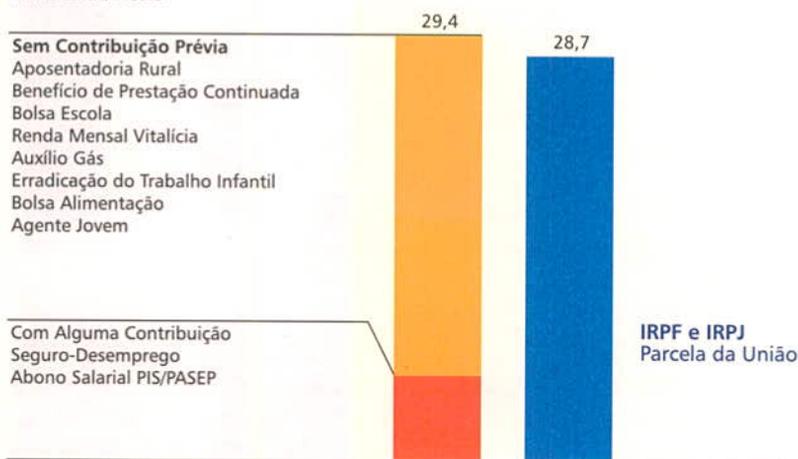
Os bolsões da miséria não ecoam. Usei, uma vez, uma expressão chamada “a voz rouca das ruas”. Está no programa do PSDB. Os que vivem nos bolsões de miséria não fazem nem ruído. Porque, quando há rua, há ainda o ruído na rua, mas no campo perdido, nem ruído. Só quando há uma seca e a miséria vem para as cidades, os meios de comunicação registram a miséria. No dia a dia, é só sofrimento.

Pois bem, foi para essa gente que nós voltamos primordialmente as políticas sociais nesses anos de governo. Não foi só para eles, mas foi basicamente para eles. Criamos mais recentemente o programa Seguro-Renda, que vai redimir o agricultor do semi-árido, dan-

do-lhe segurança de recursos nos anos de seca. Esse gráfico mostra o que se faz com o dinheiro público. Hoje, qualquer pessoa que tenha acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI pode facilmente saber o que se gasta no Brasil e como se gasta. Todos os parlamentares têm acesso, e por consequência toda a imprensa. Aqui é só a título exemplificativo. O caixa do Tesouro é único. O Imposto de Renda não fica separado num pedacinho, o IPI noutra, a CPMF noutra. É único, o imposto. Mas se nós somarmos todo o Imposto de Renda da pessoa física e da pessoa jurídica, a parte que fica com a União – uma parte vai para os Estados e Municípios – alcançou, ano passado, 28,7 bilhões de reais. E os programas de distribuição direta de renda chegaram a 29,4 bilhões. Ou seja, estamos redistribuindo a renda, sim! Alguns que têm mais renda reclamam de pagar imposto, ninguém gosta. Mas a verdade é que o dinheiro vai para aqueles que não têm renda alguma. Estamos fazendo transferência direta de renda.

Transferência de Renda

bilhões de Reais



Fonte: PLO 2002

E o mais importante, ou tão importante quanto, é que também estamos mudando a maneira de fazer isso. Porque nós estamos implementando o Cartão Social.

O Bolsa-Escola vai atingir mais de 10 milhões de crianças. Nós devemos ter 35 milhões de crianças nas nossas escolas, nessa

faixa de idade. Portanto, estamos atingindo 30% das crianças brasileiras que estão em escolas públicas; as famílias, as mães, recebem uma pequena ajuda.



Vamos, também, fazer a mesma coisa – estamos fazendo – com a Bolsa-Alimentação, para as crianças carentes, para as gestantes das famílias carentes.

Nós estamos fazendo o PETI, que é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Por consequência, poderemos, se for conveniente, juntar todos os cartões num único. Rede de Proteção Social significa precisamente isso: vários programas de distribuição de renda e incentivo à educação e à saúde.

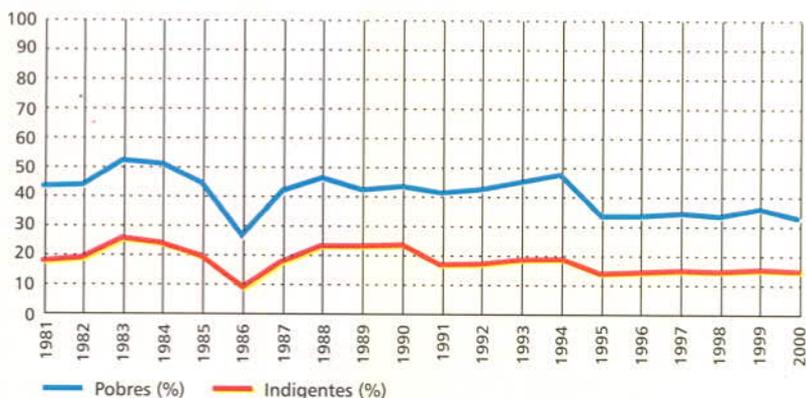
O conjunto de dados que estou apresentando, a título apenas exemplificativo do que se está fazendo, tem como objetivo mostrar que temos um projeto, um projeto nacional, que é de inclusão social. Essa inclusão social está começando a ser posta em prática. O Projeto Alvorada é um exemplo. Temos os Portais da Alvorada, onde, nos pequenos municípios, a população pode saber o conjunto de programas disponíveis. Estamos atuando com outros programas, como o Comunidade Ativa, que é uma parte específica da programação também nessa mesma área. O Comunidade Solidária, cujos recursos não são públicos, são da sociedade civil, se soma a esse conjunto de programas para a transformação do Brasil. Essa rede de combate à pobreza requer um esforço coletivo.

Enfoquei o Nordeste e mostrei que o problema é mais amplo. Mas, efetivamente, no Nordeste está o nó da questão. Há ainda muito o que fazer.

Vejam este dado, sobre pobreza no Brasil. Ele mostra algumas coisas interessantes. Primeiro, algo inaceitável: há muito pobre no Brasil. As formulações são várias. Você pode dizer que o Brasil é um país que já não é pobre mas tem muitos pobres. Você pode dizer que o Brasil é um país que tem pobre desde que nasceu. Você pode dizer que o Brasil é um país que deu pouca atenção ao combate à pobreza. Mas não se pode deixar dizer que começamos a mudar isso. Por quê? Vejam o que está acontecendo. Nós tínhamos quase 50 por cento de pobres, no início dos anos 80. Quando foi feito o Plano Cruzado, em 86, esses pobres caíram fortemente para 30 e poucos por cento. Só que, como não foi possível manter o controle da inflação, por várias circunstâncias, voltou-se a mais de 40 por cento de pobreza.

Linha de Pobreza

% da população



Fonte : IPEA, com base na PNAD, IBGE. 1991, 1994 e 2000: estimativas DISOC/IPEA

Quando se fez o Plano Real, em 94, de novo houve uma queda, com uma diferença: é que essa queda se estabilizou. O número de indigentes caiu, também. Indigente quer dizer com renda de até 1 dólar por dia *per capita*, em poder de compra equivalente. E pobre, aqui, significa 2 dólares por dia *per capita*.

Então, isso mostra que o controle da inflação reduz a pobreza. É só soltar a inflação que acontece de novo o que aconteceu em 1987: a pobreza volta. É muito simples. Tem tanta gente que fala: “só 15 por cento ao ano”. Está bem, é 15 por cento de inflação ao ano. Quantos milhões de pobres? É fácil calcular.

Mas isso significa, também, que não basta controlar a inflação. Por isso, mencionei os programas de Rede de Proteção Social. Porque, se não houver uma continuidade nesses programas, não vai haver efetiva diminuição da pobreza, mesmo que haja crescimento econômico de 7 por cento ao ano. Isso aconteceu nos anos 70, com aumento da pobreza.

Os programas que lhes mostrei há pouco estão começando. Um país não se muda em um ano, nem em dez, mas começa mudar, se os fundamentos econômico-sociais forem sólidos. O que estou querendo mostrar é que lançamos as sementes para que o Estado deixe de ser do “mal-estar social” e possa se transformar em Estado de bem-estar social, e para que a sociedade possa dizer que é efetivamente democrática, quer dizer, que ela dá oportunidades iguais a todos.

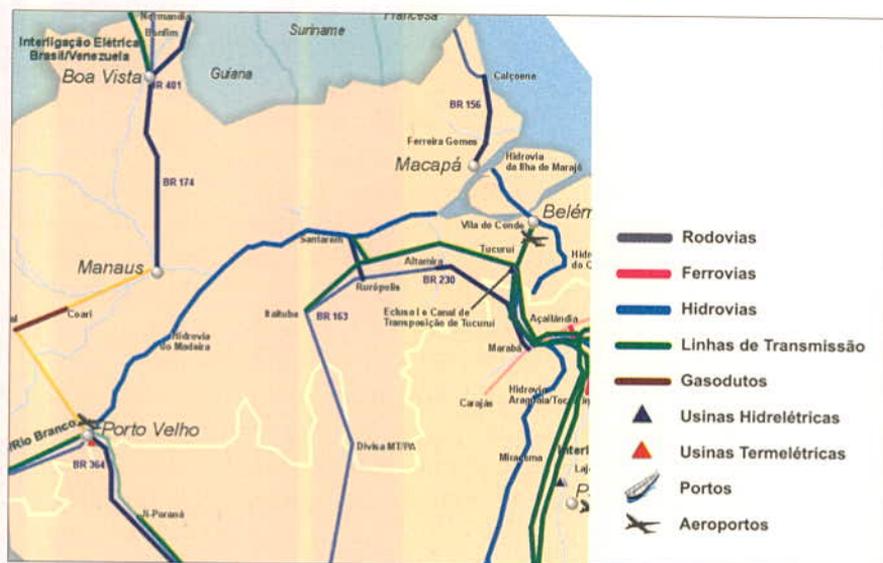
Falta muito. Mas o fato de faltar muito não nos deve desanimar, porque, se olharmos para trás, não havia quase nada. A maior parte desses programas não existia, simplesmente. A exceção era o chamado Funrural, a aposentadoria para trabalhadores rurais, que foi um passo adiante na luta contra a pobreza. Fora isso, existia só retórica. A retórica contra a pobreza foi eterna no Brasil. A prática, meu Deus!... Nós estamos praticando um conjunto de políticas nessa direção porque temos um projeto de sociedade, de uma sociedade melhor.

Agora, vamos ver, tomando a Amazônica como pano de fundo, uma outra série de projetos e de visões desse projeto de um outro Brasil, de um Brasil melhor.

No caso da Amazônia, o que chama a atenção é a necessidade do desenvolvimento sustentável e de uma infra-estrutura que não prejudique a natureza. Essa é a questão fundamental. Como fazer a exploração sustentável das nossas florestas, desenvolver o ecoturismo, a biotecnologia, enfim, as várias atividades dessa natureza e mantendo a preocupação com a ecologia?

Norte

Programas Estratégicos



Avançamos bastante. Nenhum país do mundo tem tantas áreas de reserva quanto o Brasil. Parques naturais de todo tipo. Estão bem, estão funcionando? Relativamente. Às vezes, falta recurso, falta gente para olhar. Mas estamos tomando as medidas necessárias para isso. Por outro lado, nunca se demarcou tanta terra indígena como demarcamos: 32 milhões de hectares. Toda uma região do Alto Rio Negro foi demarcada. Foi um grande êxito a demarcação de terras indígenas. Existe uma luta contínua para evitar que os madeireiros destruam a floresta, e para que passem a utilizar técnicas de exploração sustentável. Essa luta está progredindo. Quando se verifica o desmatamento da Amazônia – e ele existe – a luta é contínua também. Hoje, temos muito mais capacidade de alertar para o que vai ocorrer, porque contamos com um sistema com satélites de monitoramento etc.

Mas nós não podemos esquecer que na Amazônia brasileira, além de plantas e de bichos, vivem pessoas. Temos que cuidar dessas pessoas e temos cuidado dessas pessoas. Cuidado de que maneira?

Nós fizemos uma hidrovia que vai de Rondônia até o Rio Amazonas. É a hidrovia do Rio Madeira, onde nós já estamos transpor-

tando alguns milhões de toneladas de grãos, que vão até o porto de Humaitá, Itacoatiara, e daí saem pelo mundo afora.

Fizemos também uma estrada que é a BR-174, que vai de Manaus até Boa Vista, dali para a fronteira da Venezuela e até Caracas. Hoje, a Zona Franca de Manaus está exportando por essa estrada. Essa estrada tem interesse estratégico, porque ela integra e dá um novo sentido à Zona Franca de Manaus, que passa a ser, efetivamente, exportadora. O crescimento das exportações foi de 600 por cento através dessa estrada. Passou de 114 milhões de dólares, em 94, para 851 milhões de dólares no ano 2001.

É claro que temos que cuidar – estamos cuidando – da BR de Boa Vista com a Guiana, que é a BR-401. Estamos aproveitando a usina de Guri, na Venezuela, para trazer energia elétrica para cá. Acabamos, agora, de firmar um acordo para fazer uma ponte no Rio Orinoco. Vai ser feita com recursos brasileiros e por empresários brasileiros. Vai dinamizar a região da Venezuela, que nos interessa em termos de integração.

No Pará, fizemos uma transformação profunda no que diz respeito à utilização da energia elétrica. O Pará gera energia em Tucuruí e Tucuruí não acendia uma lâmpada no Pará. Era tudo para o Maranhão, por causa do uso intensivo da eletricidade naquele Estado. Hoje, nós fizemos o linhão de Tucuruí, e toda a região do Pará recebe energia elétrica, não só no braço transamazônico, como no que vai de Tucuruí para Belém.

Estamos fazendo a pavimentação de um pedaço da rodovia Transamazônica. Há uma estrada de fundamental importância, que é a BR-163, que liga Cuiabá a Santarém. O trecho que vai de Santarém a Rurópolis – são 300 e poucos quilômetros – é uma das diretrizes para este ano, deve acabar esse ano. Conversei com o Ministro dos Transportes. Quero as obras de arte, ou seja, as pontes da BR-163 também terminadas, porque com isso se poderá dar um salto imenso na região.

Além disso, estamos terminando uma estrada que vai ligar a Serra de Parecis com Porto Velho, de tal maneira que a imensa quantidade de produção de grãos que aí está poderá ser transportada pela hidrovía do Madeira para Manaus e Itacoatiara.

São coisas concretas que estamos fazendo. No Amazonas vale a pena ver de perto o que acontece em Urucu, onde a Petrobrás tem uma exploração de gás e de petróleo exemplar. É no meio da selva e com o ISO 14000, por mostrar respeito à natureza.

Existe, portanto, também nessa região, um investimento grande. No Pará, no Amazonas, em Rondônia. Vamos fazer uma estrada no Amapá. Não quero cansá-los demais. Mas, enfim, articulamos esta região, sobretudo com a preocupação de respeito à natureza. Já está feita a rodovia que vai ligar Brasília a Assis Brasil. Estamos levando adiante a rodovia que liga Cruzeiro do Sul a Rio Branco. Não dá para terminar. Mas o Acre não tinha estrada alguma. Está tendo. E, sempre, repito, com preocupação do respeito pela natureza.

O grande destaque da nossa preocupação com a preservação física e ambiental do Amazonas é o Sistema de Vigilância da Amazônia – Sivam. O Sivam é uma obra de interesse nacional – localizado na Amazônia, mas de interesse nacional. Obra que custou muito esforço a muitos de nós, porque houve muita incompreensão no início do processo do Sivam. Hoje, o Sivam é glória, porque é uma rede de radares que serve, não apenas para dar segurança ao vôo e para reforçar a soberania nacional na Amazônia – o que já é muito – mas para termos informações sobre meio ambiente, sobre minerais, sobre a terra. Essa é a parte do projeto chamada Sistema de Proteção da Amazônia – Sipam. O projeto todo custou alguma coisa da ordem de 1,6 bilhão de reais. Espero que possamos inaugurar a parte fundamental do Sivam, até o fim deste ano. Foi uma obra iniciada neste Governo, mas licitada no Governo Itamar Franco, e uma obra correta, que sofreu uma série de críticas as quais, depois, se mostraram insubsistentes.

A Amazônia é uma preocupação constante nossa. É uma parte importante do Brasil e temos que mantê-la como parte integrada ao território nacional. Para isso, precisamos de Forças Armadas dissuasórias. Com todas as dificuldades, com o programa de estabilização econômica de combate à inflação, conseguimos manter nossas Forças Armadas com o moral. E esse moral, não é só pela disciplina, pelo senso de hierarquia, que são características delas, mas porque algum apoio lhes tem sido dado pelo Governo.

Conseguimos incorporar à nossa Marinha um novo porta-aviões e 23 aviões embarcados. Isso tudo foi feito com negociações pacíficas entre as várias Forças, do que me orgulho. Pudemos melhorar algo no que diz respeito à questão do reequipamento da nossa Força Aérea. Nós temos muitos caças que estão sendo modernizados. Estamos fazendo também o programa relativo à fabricação de outro tipo de avião, o ALX, que vai ser utilizado no Sivam. Graças à Embraer, vamos fazê-lo.

Enfim, o reequipamento está em marcha. Não com a velocidade que nós todos gostaríamos, mas, com os recursos disponíveis, ele está em marcha. Também equipamos o Exército com mais tanques e helicópteros. Neste ano vamos dar um impulso ao reequipamento do Exército.

E fizemos algo que vale registro especial: o Ministério da Defesa. Fizemos o Ministério da Defesa com um modelo brasileiro, com a cooperação das Forças Armadas e com a paciência do Presidente. Foram anos. Mas, hoje, é um ministério que está em pé e que presta serviço às Forças Armadas. Tudo isso foi feito com tranqüilidade. A tranqüilidade não é só uma questão de não termos sustos na economia, mas é não termos sustos na política e não termos sustos nos impulsos irracionais daqui e dali. Depende de diálogo. Depende de convencimento. Depende de negociação. Foi assim que avançamos nessas áreas.

Já que falei da Amazônia, quero ressaltar um pouco mais a questão do meio ambiente, sobre a qual houve avanços significativos. Criamos a Agência Nacional de Águas – ANA. No futuro, dar-se-á o valor à ANA. O Brasil é um país que tem 17 por cento da água doce disponível no mundo. Dir-se-á: “É bastante”. É. Mas a distribuição dessa água é desigual. E, se não tomarmos cuidado, ela se polui. Até as águas subterrâneas se poluem, se não houver um tratamento adequado. Se não houver um cuidado com as bacias fluviais, se não houver um conselho das bacias, se não houver, realmente, uma atenção específica para cuidar da água, ela pode vir a ser um problema de conflito, no futuro. A ANA está regulamentando essa matéria. O Congresso Nacional prestou uma colaboração enorme na definição dessa regulamentação.

Temos uma nova legislação de recursos hídricos, que é a Lei nº 9.433. Uma legislação nova de combate aos crimes ambientais. Participamos ativamente da questão da Agenda 21. E, sobretudo, lutamos, no plano internacional, com muito afinco, na questão da Convenção do Clima e do Protocolo de Quioto. A idéia inicial do chamado "mecanismo de desenvolvimento limpo", pelo qual se faz uma troca entre países, é de proposta de um brasileiro, o doutor Gilvan Meyra, com apoio do então ministro Israel Vargas. E, hoje, nós implementamos o Protocolo de Quioto. Vamos apresentá-lo ao Congresso. Peço ao Congresso urgência para essa matéria, porque o Brasil precisa ser um dos signatários, logo, para poder gozar dos seus benefícios. Nós vamos mandar para o Congresso, no início período legislativo, o acordo sobre o Protocolo de Quioto.

Nas reuniões de Marraquesh, Haia e Berlim, a posição brasileira foi essencial. Os ministros Ronaldo Sardenberg e José Sarney Filho tiveram um papel protagonista, ao lado do Itamaraty.

Enfim, nós temos, efetivamente, avançado numa visão moderna do desenvolvimento. Porque meio ambiente, hoje, faz parte da nova sociedade: uma sociedade sem pobreza, com mais igualdade, com dinamismo, mas que tenha respeito ao meio ambiente.

Mudando um pouco de foco, passamos para o Centro-Oeste, para chamar a atenção sobre outros problemas. Eu queria lhes dizer que se houve uma região do Brasil em que o dinamismo se fez presente com mais força, nesses últimos anos, foi o Centro-Oeste. A incorporação do Centro-Oeste à produção agrícola e pecuária nacional tem sido alguma coisa extraordinária – a expansão do agronegócio, a utilização do cerrado. Nisso devemos muito à Embrapa. Sem ela nós não teríamos tido a possibilidade do desenvolvimento dos cultivares necessários, dos tipos de semente etc.

Mas a incorporação do cerrado se faz com muita rapidez. Já mencionei, no caso de Mato Grosso, a importância da hidrovía do Madeira. Pois bem, talvez tão significativa quanto isso tenha sido a Ferronorte. A Ferronorte ligou o cerrado do Brasil ao porto de Santos e ao porto de Sepetiba. Na Ferronorte, fizemos uma ponte, entre São Paulo e Mato Grosso, que é de uma beleza notável. Vale a pena visitá-la. E nós, hoje, já estamos com essa ferrovia em Alto

Taquari. Ela saiu de Aparecida do Taboado, em Mato Grosso, na divisa com São Paulo, e se ligou com Alto Taquari. Estamos andando para chegar até a Rondonópolis. E, mais tarde, ela facilitará a ligação para o norte do Brasil. Essa ferrovia permitiu o barteamento, assim como a hidrovia, da soja brasileira. Por isso, a soja brasileira, hoje, tem uma competitividade extraordinária.

Oeste

Programas Estratégicos



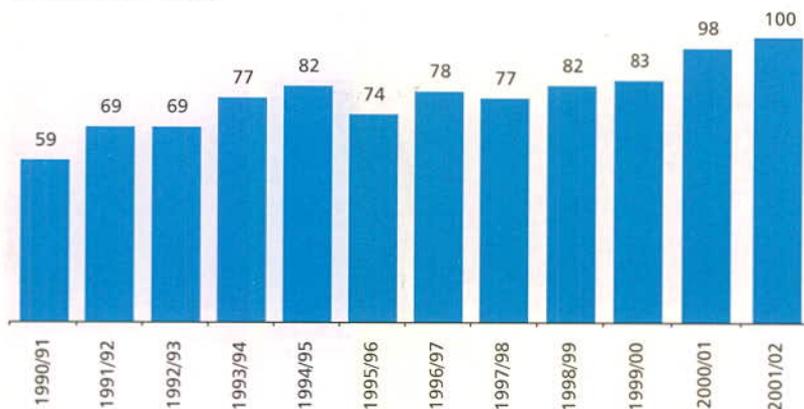
Isso sem falar da continuidade da ferrovia Norte-Sul, que vem descendo do Maranhão e subindo de Goiás para entroncar no Tocantins. O Estado do Tocantins é um exemplo de dinamismo: estradas, energia, agricultura e ação conjunta do governo estadual com o federal.

Quando se for verificar o que aconteceu nessa região, vai se ver que, não só houve incorporação de terra, como a tecnologia que está sendo utilizada é das mais avançadas. Olhe o que aconteceu com a produção de grãos no Brasil. Passou de 59 milhões de toneladas, há alguns anos, para mais de 100 milhões nesta safra. O ano que vem, pelas primeiras estimativas, vai ser de 103, 104 milhões de toneladas. Quase dobra a produção de grãos e não houve expansão

correspondente da área. Quer dizer, houve um aumento significativo da produtividade. Isso se põe mais fortemente na região do cerrado, sobretudo no cerrado do Centro-Oeste, em Mato Grosso, em Goiás, em Rondônia. A produtividade do algodão e da soja é imensa.

Produção de Grãos

milhões de toneladas



Fonte: IBGE

Isso se deve aos nossos empresários e, também, ao apoio do governo. Renegociamos dívidas da agricultura extensamente, pacientemente, todos os anos, até chegar-se a uma fórmula aceitável que permite, efetivamente, o avanço da agricultura. E, por trás disso, temos uma outra ação do governo, o programa chamado Moderfrota. Facilitamos a compra de tratores, a produtividade cresceu violentamente. E não é só no Centro-Oeste. Estou usando o Centro-Oeste como exemplo. Olhe o que aconteceu com a produtividade de grãos no Brasil. Ela dobra.

Por trás disso existe, não só a Moderfrota, como também o calcareamento das terras, com recursos do Banco do Brasil. Existe a criação de novas técnicas de plantio, o plantio direto. Enfim, para trás de um resultado desses há muito trabalho, muito suor e até lágrimas. Chegamos a esse resultado. Isso é importante para o Brasil. É importante que o Brasil saiba o que está sendo feito na sua agricultura.

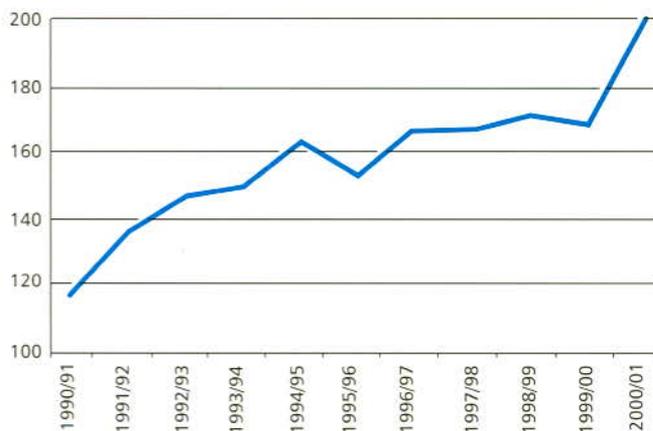
Hoje o Brasil é o quarto maior produtor de grãos do mundo. Acima de nós, só China, Estados Unidos e Índia. Trabalho dos nossos agricultores, com o apoio dos governos, no plural. Carnes, a mesma coisa. Olhem o que aconteceu com as toneladas de carne.

Já que falei de Ferronorte, das vias de transporte e da hidrovia, quero dizer também que foi no Centro-Oeste que embocou outro grande programa, que são os gasodutos. O gasoduto que liga o Brasil à Bolívia vale a pena ver. Ele atravessa o Pantanal – com o apoio dos ambientalistas, porque foi feito com todo cuidado na questão do meio ambiente. Por aí vão passar 30 milhões de metros cúbicos de gás, os quais vão permitir que, com o programa, que já mencionei, das termoelétricas, fiquemos fora do sufoco da hidrologia.

Mudando de eixo, passamos ao Sudeste do Brasil. Aqui o que chama atenção é que realmente, assim como houve um aumento da produtividade de grãos enorme, olhem o aumento da produtividade física do trabalho na indústria. De um índice 100 em 1989, vai para 200. Quer dizer, dobra a produtividade física do trabalho. Isto é que está por trás da competitividade brasileira. Essa é a nossa força. A nossa força é o trabalho. Trabalho do operário, do empresário, do técnico, da universidade que produz novas tecnologias. Mas nós temos que ter consciência do que está acontecendo no país. É uma mudança profunda.

Produtividade de Grãos

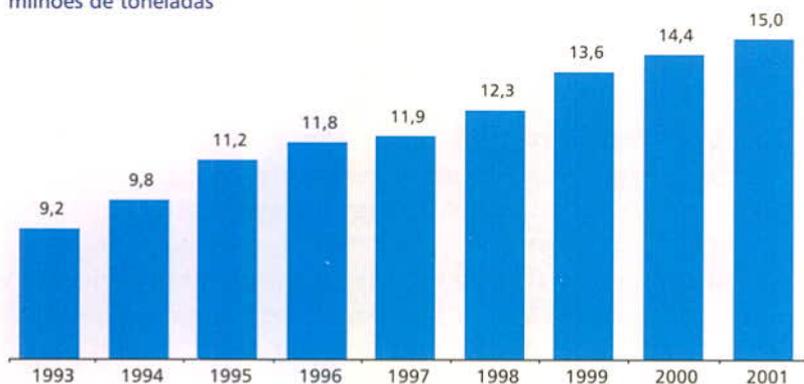
Índice 1980/1981 = 100



Fonte: CONAB. Elaboração: SPE/MP

Produção de Carnes

milhões de toneladas



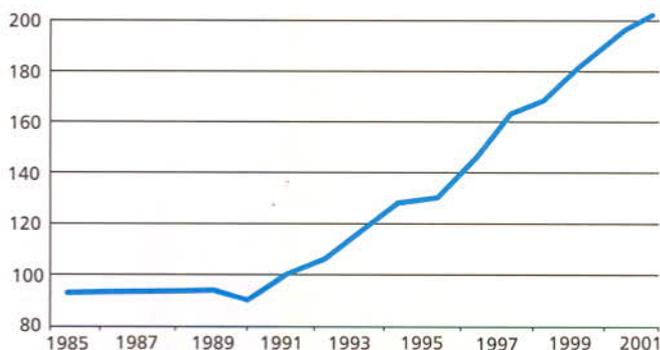
Fonte: CONAB, IBGE

Por trás desses resultados estão os certificados ISO-9000, de eficiência produtiva. Olhem como aumentaram. De 1990 para 2001, cresceram 9.000 por cento. Agora, comparem: estamos acima da Espanha – não quero falar do México – quase empatando com a Coreia do Sul.

É esse esforço humano que sustenta nossa crença no país. É o que nos permite suportar as crises econômicas: um bom manejo da economia, ajuste fiscal, controle da inflação e investimentos em produtividade.

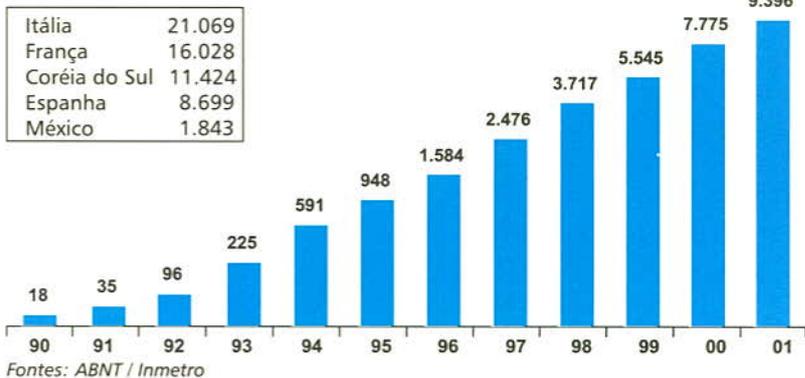
Produtividade Física do Trabalho na Indústria de Transformação

índice 1991 = 100



Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal. Dados até Abr/2001

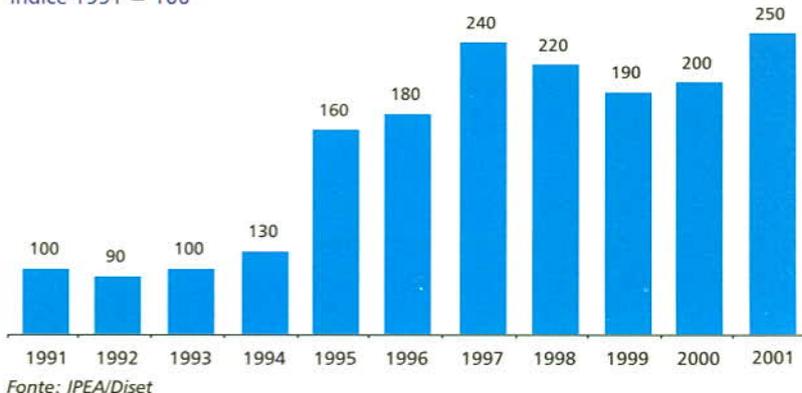
Certificação ISO 9000



Olhem o investimento na indústria: passa de um índice 100 para 200. Claro que houve variação por causa das várias crises. O ano de 97 foi muito bom. Mas, de qualquer maneira, na média, e do ponto inicial ao ano 2000, dobra o investimento na indústria. E ainda há gente que diz que a indústria está sendo sucateada. A produtividade aumenta, dobra o investimento, aumenta a exportação de manufaturados. Essa crítica é baseada em quê? Em nada. Na má vontade ou no vício de olhar o país pelo espelho retrovisor. Temos problemas. Assim como tenho que dizer – como disse com toda clareza – que a pobreza é um problema que estamos combatendo sem retórica, mas com consistência, a questão do desemprego é a dor de cabeça do mundo contemporâneo. Falo em produ-

Investimento na indústria

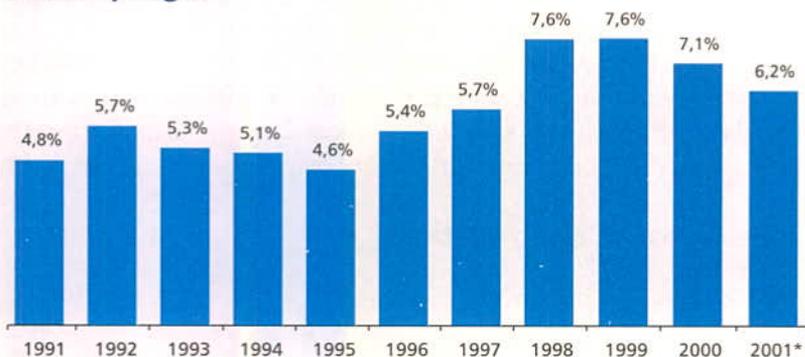
índice 1991 = 100



tividade da indústria, produtividade do trabalho e isso significa que se precisa de menos gente para produzir a mesma coisa. Portanto, é preciso haver um dinamismo maior na economia, em vários setores, porque não pode ser só o setor industrial. Basicamente, é o setor terciário que absorve mais mão-de-obra e, mesmo assim, há uma mudança de emprego de um setor para o outro, que nem todos conseguem fazer.

Temos, portanto, desemprego. Mas, vejam os índices de desemprego. Num certo momento, quando houve as crises de 98 e 99, a expectativa era que haveria uma explosão na taxa de desemprego. Não houve. Caiu. Ainda é alto. Mas olhem os outros países. Na Espanha, o desemprego é de 13%. Na Itália, é 9%. Nos Estados Unidos, no ano 2000, em novembro, 5,6%. No Chile, 9,1%. Na Alemanha foi para 10%, pelos dados de ontem. É um problema universal porque o modo de produção está mudando. E vai requerer muita e muita recapacitação, treinamento de mão-de-obra, novas atividades, sobretudo no setor terciário, em turismo, em indústria de divertimento, esse tipo de indústria que absorve mão-de-obra.

Desemprego



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de emprego. (*) Doze meses até nov. 2001

Nós, aqui, não cruzamos os braços, tomamos medidas. Por que não houve uma desabalada carreira no sentido do desemprego? Porque o governo tomou algumas medidas importantes.

Fizemos um programa chamado Brasil Empreendedor. Esse programa aplicou 13,4 bilhões de reais no financiamento das micro, pe-

quenas e médias empresas. Não foi por graça da natureza que não houve explosão na taxa de desemprego. O governo reagiu. O Brasil Empreendedor foi um dos elementos disso. O programa de treinamento do Ministério do Trabalho, o Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, o conjunto desses programas atuou para que houvesse uma contenção do desemprego. Não chegamos ao patamar elevado dos países europeus e mesmo dos países latino-americanos, porque reagimos nessa matéria.

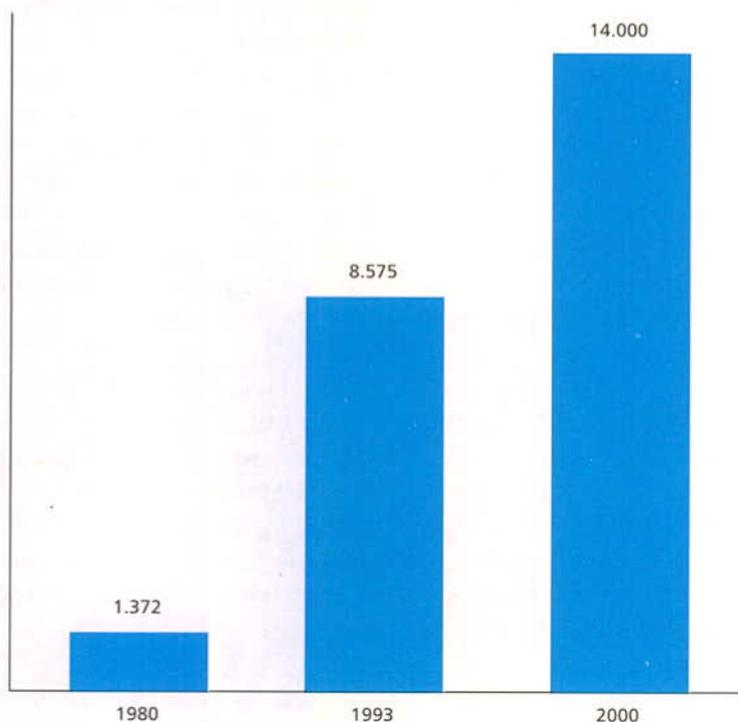
Há um setor – não vou dar muitos dados – que é essencial para gerar empregos, que é o setor de construção, sobretudo da construção civil. De 96 para cá, demos 1.350.000 de cartas de crédito para a compra de casa. A Caixa Econômica Federal deve chegar, nos próximos meses, aos 2 milhões de casas financiadas desde 1995, somando 27 bilhões de reais. Neste setor, precisamos de um impulso maior. É preciso que haja uma coordenação maior de esforços. Estamos trabalhando. Ainda neste ano, trabalharemos mais para aperfeiçoar os mecanismos relativos à questão da forma de financiamento, para que possamos dar um impulso ainda maior nessa área.

Mas houve modificações importantes. Nós assinamos o Estatuto da Cidade. O Estatuto da Cidade tem uma importância equivalente à do Estatuto da Terra. Assim como se fez a reforma agrária, os prefeitos podem fazer a reforma urbana. O Estatuto da Cidade, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado por mim, dá os instrumentos para a regularização da posse, para a utilização melhor das áreas urbanas, para facilitar a auto-construção. Está em marcha uma transformação, que vai avançar.

Para que tenhamos as modificações, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento industrial e ao desenvolvimento humano, para que tenhamos gente competente, é preciso que haja técnicos. As bolsas de doutorado cresceram, de 1980 até o ano 2000. Mas mais significativo do que isso é o que está acontecendo no setor de ciência e tecnologia, onde temos, hoje, fundos de pesquisa. Criamos quatorze fundos setoriais de pesquisa. São taxas cobradas das atividades empresariais, em geral, dos setores privatizados. Com esses quatorze fundos, vamos ter um acréscimo, que começa neste ano, mas mais vigorosamente a partir do ano que vem, de 1 bilhão de reais livres para a pesquisa, por ano. Assim como existe,

em São Paulo, a Fundação de Amparo à Pesquisa estadual, que tem recursos, hoje, até sobrantes, espero que no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq venhamos a ter também recursos sobrando, porque eles têm que ser bem usados, tem que ter um bom projeto. E esses projetos são para todo mundo – governo, sociedade civil, empresas – desde que sejam aprovados por comitês dos próprios pesquisadores.

Bolsas de Doutorado no País e no Exterior



Fontes: Ministério da Educação / CNPQ

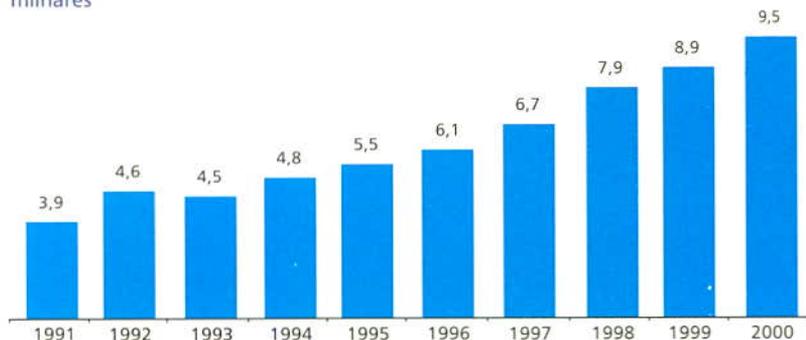
Pois bem, desse esforço, resulta que estamos formando no Brasil 6.300 doutores por ano. Isto é equivalente ao que se faz na Coréia do Sul, na China, na Itália, na Suíça. Pode-se dizer: “Bom, a Suíça é pequenininha e faz tudo isso”. Mas é muito mais rica. A Itália tem três vezes a renda *per capita* do Brasil ou mais e forma o mesmo número de doutores. Mas o importante não é isso. É que não se formavam doutores. Há vinte anos, não se formavam. No

tempo em que alguns mais velhos, como eu, faziam doutoramento, isso saía no jornal, com fotografia e tudo. Quer dizer, hoje, são 6.300 doutores por ano, nas várias disciplinas. Isso é o que dá base ao ser humano, à pessoa. Não existe esse crescimento de produtividade, crescimento da indústria e capacidade de reorganizar o Estado, se não houver também formação de pessoas qualificadas.

A publicação de artigos brasileiros em periódicos científicos internacionais também aumenta significativamente. O número de artigos escritos por brasileiros citados nas revistas internacionais também aumenta. Ou seja, estamos formando gente, uma base técnico-científica, que é a condição necessária para a sociedade de informação. A boa sociedade que nós queremos é combatendo a pobreza – sem pobres, se possível – com educação para todos, com mais igualdade. Mas ela é, também, uma sociedade informada, competente, com gente com alto nível de escolaridade, com gente que possa, portanto, absorver as tecnologias mais modernas e produzir tecnologias novas.

Artigos em periódicos científicos

milhares



Fonte: Institute for Scientific Information (ISI). National Science Indicators.

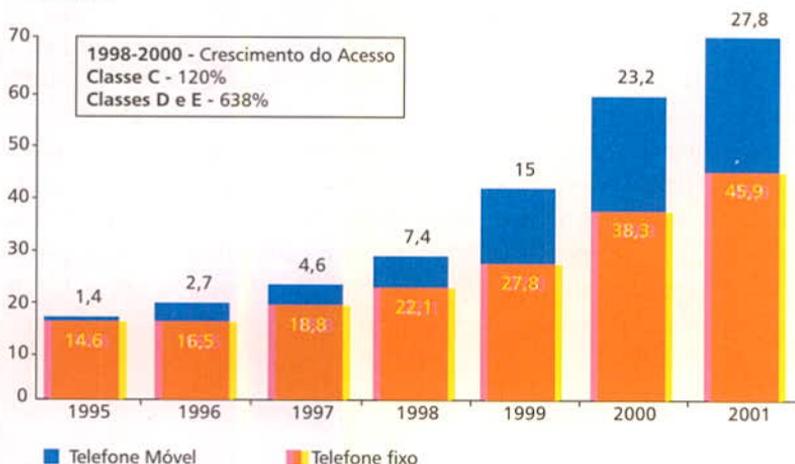
Elaboração: Coordenação de Estatísticas e Indicadores - Ministério da Ciência e Tecnologia.

Em certos setores o avanço foi muito grande. O setor de telefonia é um exemplo. Assim como os programas de Agentes Comunitários de Saúde e Médicos de Família, o Programa de Toda Criança na Escola, o Programa da Reforma Agrária, a telefonia é um marco do

que se fez em muito pouco tempo. Olhem os dados. E o mais significativo de tudo: olhe onde é que mais cresce. É nas classes D e E. O povo teve acesso à telefonia celular, o povo pôde usar telefone. É também universalização. Não é só universalização da educação e da saúde, mas é a universalização de certos bens essenciais do mundo contemporâneo.

Telefones fixos e móveis

Milhões



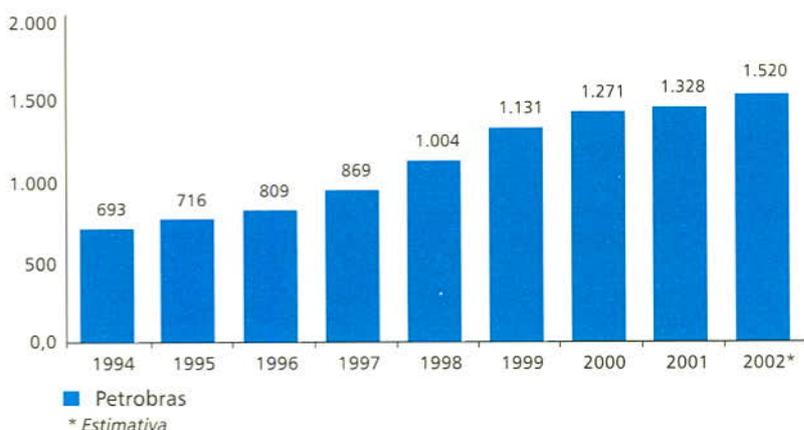
Fonte: ANATEL

Também no petróleo houve um avanço muito grande. Nós quebramos o monopólio estatal da telefonia. Quebramos o monopólio estatal do petróleo. Dissemos por que íamos quebrar, e dissemos ao povo. Ganhei duas eleições dizendo ao povo o que ia fazer. Os resultados estão aí. Os mais assustados diziam que era para privatizar a Petrobrás. Eu sempre disse que não. Está aí o resultado. A Petrobrás, hoje, é uma empresa multinacional. Atua em todo mundo. É uma das sete maiores do mundo. Quando eu era jovem, falava-se das “sete irmãs” com horror. Hoje, a Petrobrás é uma das “sete irmãs”, sem horror, com louvor, porque é uma empresa pública, que funciona com independência do setor político. Da mesma maneira que o setor de telecomunicações, onde não existe clientelismo. Como não existe na distribuição de Bolsa-Escola, nem de Médico de Família, nem nos demais programas sociais.

E olhe o crescimento da produção. Estamos produzindo este ano 1.520.000 barris, em média, por dia. Em janeiro, já atingimos isso. Quer dizer, estamos a um passo da auto-suficiência do petróleo. E agora, com muitas empresas competindo, a Petrobrás continua liderando porque é competente, têm técnicos bons, o governo é sério, não interfere. Ela nunca foi tão capitalizada como é hoje e nunca gerou tanto recurso para o setor público como gera hoje, porque nós quebramos o monopólio do petróleo e quebramos dizendo por quê: para defender a Petrobrás e o Brasil. Como quebramos o monopólio da telefonia para permitir o que se fez aqui: uma democratização do acesso à telefonia.

Produção de Óleo

Milhares Barris por dia
variação 2002/1994 = 119%



Nem tudo foram glórias. Já me referi ao setor energético, onde tivemos problemas. Mas a verdade é que também no setor energético mudou muita coisa. Não sei se houve em algum momento da nossa história em que uma crise tenha sido enfrentada tão abertamente. Só a crise da inflação, quando fizemos o real. Naquela época, tudo que se ia fazer foi anunciado, foi explicado à população. Com a crise da energia, fizemos alguma coisa semelhante. Criamos a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, tivemos uma extraordinária colaboração da sociedade, controlamos a crise sem apagões. Foi uma decepção para o “Ministro do Apagão”. Não conseguiu... Passou a ser o “Ministro da Iluminação”.

Na verdade, depois de muita discussão, mudamos o modelo. É matéria complexa, não vou entrar em detalhes. Mas a verdade é que acrescentamos, entre 1991 e 2001, 17.400 megawatts à nossa capacidade geradora. O Brasil tem a capacidade, hoje, de 75 mil megawatts. Os investimentos no setor elétrico, incluindo 10 mil quilômetros de linhas de transmissão, chegaram a 23 bilhões de reais. Por isso, reitero o que disse. Houve um momento de lacuna do investimento, mas ele foi retomado. A lacuna pesou. Houve enganos. Houve erros. Houve erro na concepção do modelo. Houve erro na sinalização para o mercado do que era e não era possível e necessário fazer. Mas não houve paralisação do modelo. Na verdade, ele continuou.

Além disso, mudamos a matriz energética. Fizemos o gasoduto Brasil-Bolívia. Estamos trazendo gás, também, da Argentina. Estamos trazendo energia, não só de Itaipu, mas também da Argentina e da Venezuela. E a verdade é que houve um aumento. Só em 2000, nós vamos aumentar 9.000 megawatts de oferta. E, em 2003, 11.000 megawatts, construindo 22 hidrelétricas e 32 termelétricas. Está em marcha. Se forem ao Rio Tocantins, vão ver quantas usinas estão sendo feitas. E eu vou lançar o edital da usina de Belo Monte, porque o Brasil precisa de energia. A matriz básica brasileira vai continuar a ser hídrica. E nós estamos avançando nessa matéria.

Quero lhes dizer também, que nessas áreas, assim como fizemos com a ANA – e não vou repetir o que todos já conhecem – nós recriamos o modelo de Estado. Criamos várias agências reguladoras, como a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, a Agência Nacional de Petróleo – ANP, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Nos transportes há uma revolução total graças ao que foi aprovado pelo Congresso, que são as novas agências de transportes. Acaba o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER. Os processos são claros, transparentes, com o controle das nomeações pelo Senado, renovação completa no modo pelo qual se faz a manutenção das estradas, um projeto chamado Crema – Contratação de Restauração e Manutenção da Rede Rodoviária Federal.

O Congresso votou um fundo, que foi a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, importante, não só porque bai-

xou o custo da gasolina e o preço do litro vai chegar ao que eu disse que chegava. Os mais inquietos ficaram nervosos e já começaram a criticar. Vai chegar. Tem que acreditar, tem que exigir, tem que fazer chegar lá. É preciso mudar a atitude do brasileiro. O brasileiro tem que ser mais crente no seu país, mais combativo e não aceitar a primeira noticiuzinha de que não deu certo. E tentar fazer dar certo e fazer dar certo. Pois bem, na questão das estradas, infelizmente, não será para o meu governo mas, felizmente, será para o Brasil, do ano que vem em diante os fundos estarão disponíveis para uma modificação essencial no sistema de transportes.

É inescapável discutir a questão da segurança pública hoje no Brasil. Em primeiro lugar, quero declarar em alto e bom som: todos somos responsáveis. Todos, eu quero dizer, os governos, federal, estadual e municipal. Todos. Numa questão dessa natureza não cabe saber quem é, quem não é responsável. Nós todos somos responsáveis, historicamente e presentemente. A questão hoje é aguda. E também não há como negá-la. É preciso enfrentá-la com coragem. Enfrentar com coragem significa o seguinte: articular as ações. A crise de energia foi vencida porque articulamos ações. A crise da inflação foi vencida porque articulamos ações: governos estaduais, municipais e federal e sociedade civil em geral.

Nós criamos o Fundo Nacional de Segurança Pública. Cansei de ver nos jornais que ele não saiu do papel. Quem escreveu isso, não saiu de casa. O Fundo foi feito para dotar as polícias estaduais de recursos, porque a segurança imediata é responsabilidade das secretarias estaduais de Segurança Pública. O Fundo, então, dá recursos a essas secretarias. Foram dados os recursos. Nós aplicamos R\$ 1,3 bilhão em 2000/2002. Antes disso quanto era? Zero. Nada. Por que nada? Porque não era atribuição do Governo Federal. Então nós estamos dando sustentação aos governos estaduais para que melhorem os seus planos de segurança pública. Esse fundo não é só uma transferência de dinheiro. Há uma concepção nele, e existem projetos no Congresso. Já me referirei a eles.

Não sou especialista nessa matéria. Ouço muita gente. Parece ser indiscutível que a questão central é a articulação entre a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Guarda Municipal; a Polícia Federal, as Forças Armadas e o Governo Federal. Vamos ter que nos

articular melhor para que a segurança possa ser objeto de um controle efetivo. E, naturalmente, com a participação da sociedade na denúncia. A sociedade não pode ser responsabilizada pelo controle da violência. Isso cabe basicamente ao Estado. O Estado numa sociedade democrática tem o monopólio da violência. Portanto, não é justo pedir que a sociedade se defenda. Quem tem que defender a sociedade, o ser humano, o cidadão, é o Estado.

Nós fizemos algumas experiências. Aqui na região metropolitana de Brasília – o chamado Entorno do Distrito Federal – fizemos uma experiência, articulando a Polícia de Goiás com a Polícia do Distrito Federal, igualando salários, equipando as polícias, mas criando uma quantidade de programas sociais, o Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção à Violência. E a criminalidade baixou.

Existem experiências bem-sucedidas em várias partes do Brasil. Falei, ainda ontem, com o secretário de Segurança do Pará, onde há uma experiência bem-sucedida. Há experiências bem-sucedidas em Goiás, no Ceará, no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande do Sul. Há em todas as partes do Brasil. Pequenas experiências.

Mas vamos enfrentar as coisas como elas são: o crime se transnacionalizou e se nacionalizou. O seqüestro, hoje, é terceirizado: alugam um pistoleiro em um Estado, um automóvel noutra, o comando está em um terceiro e a vítima em um quarto Estado. Ou temos um serviço de inteligência integrado ou vamos perder a guerra. Vamos ter que ter um serviço de inteligência integrado entre as polícias e o Governo Federal. Esta guerra – e a expressão é do governador Geraldo Alckmin, de São Paulo, que tem feito um esforço imenso no combate ao crime – não pode ser ganha senão com integração dos esforços, inteligência e recursos. Não bastam só os recursos. Não adianta ter muito automóvel, sobretudo se não tem pneu ou não tem gasolina. Não adianta ter muita arma, que vai ser roubada. O que adianta é ter corpos policiais disciplinados, hierarquizados, que obedeçam funcionalmente aos comandos, que sejam unificados e com integração a esses vários níveis.

Não é programa para *show*. Mas vou dedicar boa parte dos nossos esforços federais à articulação desse programa. Não vamos fugir

da luta. Vamos guerrear, porque o Brasil precisa de paz. Não tem cabimento que exista uma ameaça à segurança, porque é uma ameaça que nós podemos enfrentar. Agora, para enfrentá-la, precisamos também valorizar o bom policial, valorizar a ação daqueles que se jogam na defesa dos interesses coletivos e não, o tempo todo, simplesmente, dizer que está errado ou, simplesmente, dizer: "Não fez nada. Não saiu do papel. Não gastou. Faltou verba." Faltou mesmo ou faltou, às vezes, disciplina? Faltou mesmo ou faltou quebra do espírito corporativo, que não permite a informação passar de um para o outro?

Temos que encarar essa luta com muita seriedade. E já a estamos encarando. Ela vem junto com a luta contra a droga e a questão relativa à lavagem de dinheiro. O Brasil não tinha nem legislação sobre isso. Nós fizemos. Criamos o Conselho de Controle das Atividades Financeiras, que nos dá informações sobre a questão da lavagem de dinheiro. Temos uma secretaria que faz a ação preventiva na questão da droga.

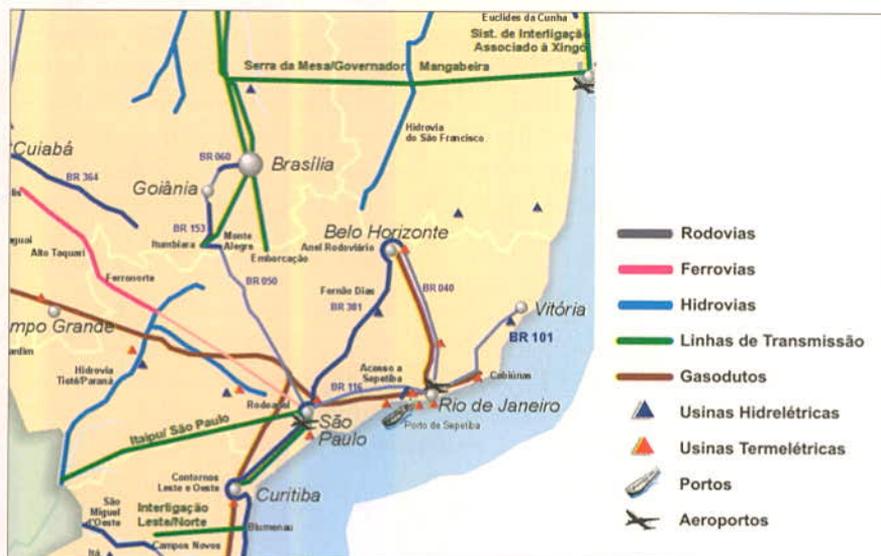
Temos que nos estruturar muito mais. É verdade. Isso não é um problema que se resolva em onze meses, como não se resolveu nos anos passados. Mas estamos nos estruturando e vamos avançar com força. Isso não quer dizer que o Brasil vai esquecer do seu compromisso democrático com os direitos humanos. Não é necessário. Mas é necessário combater com firmeza o crime. E vamos ajudar aqueles que estão combatendo diretamente e nos organizar para avançar mais nisso. Depois, direi, na agenda do Congresso, quais são as propostas específicas nessa matéria.

Para finalizar, no que diz respeito ao Sul e ao Sudeste, nestas regiões tivemos que fazer um grande esforço de ampliação da infraestrutura para reduzir o custo-Brasil e permitir a integração internacional.

Já me referi a alguns desses temas, como o gasoduto Brasil-Bolívia. O gasoduto de Porto Alegre-Uruguaiana está em marcha. O gás da Argentina já chega até Uruguaiana. Nós estamos aumentando o sistema de transmissão de Itaipu para São Paulo e fazendo também a integração com o sistema elétrico da Argentina.

Sudeste

Programas Estratégicos



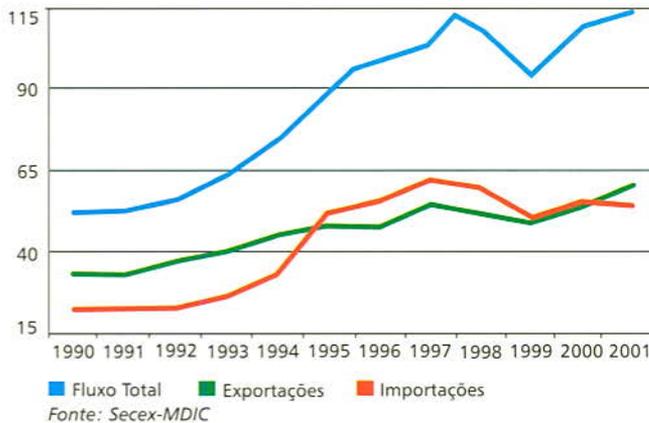
Nessa área, concentramos muitos esforços na duplicação de estradas. A maior estrada em construção – já está terminando – no nosso hemisfério vai de Belo Horizonte a São Paulo, aqui se junta com a BR-116 e vai a Curitiba, aqui emboça com a BR-101 e segue até o Rio Grande do Sul. Neste ano, terminaremos a duplicação de tudo isso. Faltam poucos trechos para duplicar, salvo, em São Paulo, na BR-116, que vai de São Paulo ao Paraná, que tem a Serra do Cafezal. Quando formos fazer a concessão da estrada, vamos licitar esse trecho, que é um trecho de serra. Vamos seguir adiante, para poder fazer a integração, cá embaixo, em Jaguarão, Chuí, Osório, por aqui. Essa é uma estrada extremamente importante. É um eixo fundamental que permite ao Brasil a sua integração com o Mercosul.

Isso tudo é para permitir que haja uma transformação grande, uma integração grande e que haja mais comércio também. Olhe o comportamento do comércio exterior brasileiro. Nós todos sabemos, hoje, que precisamos de comércio exterior, precisamos vender mais lá fora. Houve um aumento. Vejam vocês o que aconteceu nesta década: o fluxo total de comércio duplicou, de cinquenta e

poucos para 114 bilhões de dólares. As exportações passaram de 31 para 58 bilhões e as importações cresceram mais. Por quê? Pelo investimento, pelo dinamismo. Quando se vai ver o que o país importa, importa matéria fundamental, petróleo, ou máquina, equipamento. Portanto, importa capacidade produtiva. Há, também, uma parte de bens de consumo. No mundo de hoje, é impossível fechar as portas aos bens de consumo, com toda a interconexão dos meios de comunicação de massa, Internet e tudo.

Comércio Exterior

US\$ bilhões



Mas houve um aumento das exportações. Elas quase dobraram. É insuficiente. Em 2001, conseguimos um pequeno superávit, que é fundamental. Essa é uma das diretrizes para este ano, e os ministros sabem disso: chegar a 5 bilhões de dólares de superávit na balança comercial. Para isso, precisamos daquelas estradas que mencionei, de alta produtividade na agricultura e na indústria, e precisamos de uma política comercial ativa, que estamos montando.

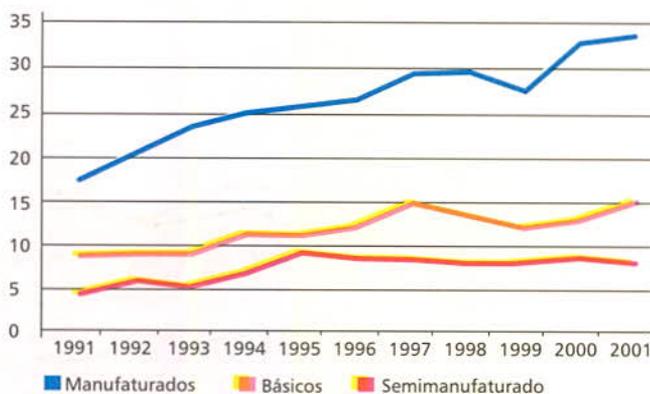
Nunca o Brasil brigou tanto e ganhou tanto, nos foros internacionais, na OMC e nas várias pendências que tivemos com o Canadá, Estados Unidos, Europa, Argentina. Estamos brigando com o mundo todo. Temos as melhores relações, as mais próximas, com os nossos vizinhos, com o nosso Hemisfério e com a Europa. Mas não va-

mos deixar de brigar comercialmente com eles, nem com o Japão, nem com a China, com quem seja. Porque eles brigam também.

Agora, isso é briga do comércio, não é briga de nações, não é ódio de conflito racial, não é choque de cultura, não é terrorismo. É uma briga técnica. Precisa de gente com capacidade para brigar, bons advogados, bons negociadores, bons economistas, empresários atentos, Itamaraty atuando, como está atuando, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior atuando.

Exportações por Classe de Produto

US\$ bilhões



Fonte: Secex-MDIC

E vejam: onde mais aumentamos as exportações foi em manufaturados. Mais da metade das nossas exportações é de manufaturados. Repito: uma indústria sucateada vai vender, em nível global? Vai vender avião? Vai vender telefone celular? Vai vender máquina de torno? Vai vender bem de produção, bem de capital? Não vai. Só é possível isso, porque a indústria avançou, porque mudamos o patamar da nossa indústria. Mudou a qualidade do produto brasileiro. O automóvel, você vende internacionalmente. De modo que é muito bom, de vez em quando, olhar os dados para, depois, fazer a análise e a crítica.

Mas se é verdade que vamos exportar para todos os lados, na verdade, temos uma preocupação muito grande com a nossa integração regional. Integração regional não é só o Mercosul, é a América do

Sul. Por que fiz uma reunião de Presidentes da América do Sul aqui? Não é porque o Brasil queira ter hegemonias, lideranças, como vejo freqüentemente nos jornais. Não é o que conta. É porque nós vivemos aqui. Então, temos que nos integrar com os nossos vizinhos. A integração, aqui, é basicamente física. Assim como foi na Europa. A Europa se integrou, primeiro, fisicamente. Nós estamos nos integrando, fisicamente, com todos os países.

Nós temos ligações com o Chile, com o corredor bioceânico. Estamos fazendo as estradas que já permitem chegar ao Peru. Mas nós temos, sobretudo – não vou repetir – a energia, o petróleo, o marco geral, legal, de telecomunicações que tem que ser feito. Tem que ser feito porque esse é o nosso espaço. Alguém vai pedir que a Europa se integre fisicamente com a Arábia? Não. Nós não podemos nos integrar fisicamente com a América Central, porque não é nosso espaço. Vamos comerciar, sim. Queremos. Queremos ter apoio político e dar apoio político à América Central. Estou ansioso por voltar à América Central e às Antilhas, porque nenhum Presidente do Brasil foi às Antilhas de língua inglesa. Isso é importante.

Mas o nosso espaço é este. Não precisa ler o Barão do Rio Branco para saber disso. Basta sentir no coração. É assim. É a nossa vizinhança.

Todos os nossos projetos do Avança Brasil foram aprovados pelo Congresso, têm recursos no Orçamento, programa por programa, cada um tem um gerente, e um sistema que permite acompanhar o avanço de tudo isso no computador.

Em breve, os nossos vizinhos da América do Sul também vão estar integrados a tudo isso. O doutor José Paulo Silveira, o Ministro Martus Tavares apresentaram o Avança Brasil para os outros países e para o BID. E o BID está preparando uma série de projetos bastante valiosos. São 123 projetos no eixo do Mercosul e no eixo Interoceânico, com investimentos de 41 bilhões de dólares. Isso é fundamental para nós também, para levarmos adiante essa visão de uma sociedade brasileira aberta e integrada sobretudo à sua vizinhança.

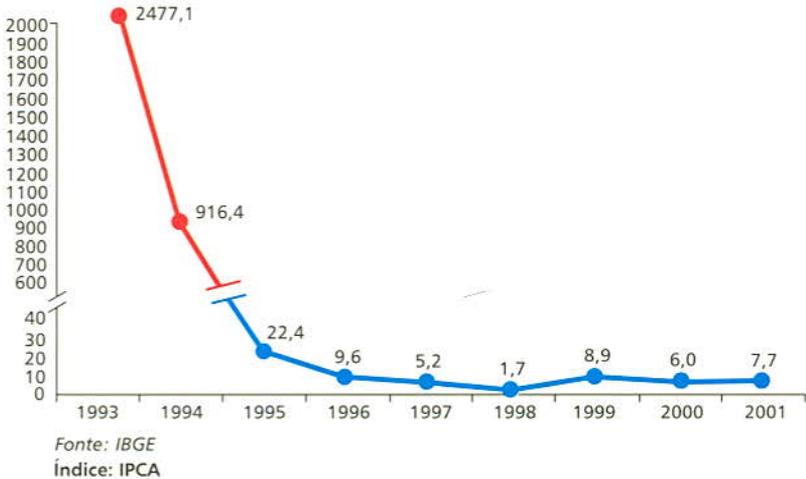
Sem temor, também. Em maio, devo estar na Europa discutindo com a União Européia um passo adiante na relação Mercosul-

União Européia. E quando vier a ALCA, o que nós queremos não é que se grite: "Fora a ALCA". Não. É saber se vamos ter a integridade de defender bem os nossos interesses na Alca. E nós vamos ter, quando chegar o momento. Eu declarei em alto e bom som, em Quebec, diante de todo mundo, de todos os Presidentes do hemisfério, quais eram as condições que o Brasil propunha para que existisse a Alca: acabar com o subsídio agrícola na proporção que eles têm lá, não deixar que a lei anti-dumping seja usada discricionariamente. Alca é mercado, não é soberania. Soberania não se discute, soberania se exerce. Falar de soberania, como se a Alca fosse perda de soberania, é blá-blá-blá. Exerce-se a soberania. Como? Defendendo os interesses do Brasil. Comércio se discute. Alca é comércio. Se quiserem algo mais além do comércio, não terão. Mas comércio nós queremos. Nós queremos exportar. Ou não queremos exportar o nosso aço? Ou os nossos aviões? Ou a nossa soja? Não queremos? Queremos ter acesso aos mercados. É com esse espírito que encaramos a Alca.



Tudo isso foi possível porque houve um plano de estabilização. Esses dados são conhecidos. Foi preciso até interromper o gráfico, para manter na proporção, pois o grau de inflação que tínhamos ia para o infinito. Nós mantivemos a inflação sobre controle. E enquanto eu for Presidente da República, a inflação vai estar na mira para ser controlada. Enquanto eu estiver aqui, não haverá campanha eleitoral, não haverá pressão que altere os objetivos centrais do país, que são de manter a inflação sob controle. Tem que ser assim, porque se não é assim, já disse o que aconteceu: o pobre paga. O pobre paga o preço. E não vou deixar que isso aconteça.

Inflação Anual (%)



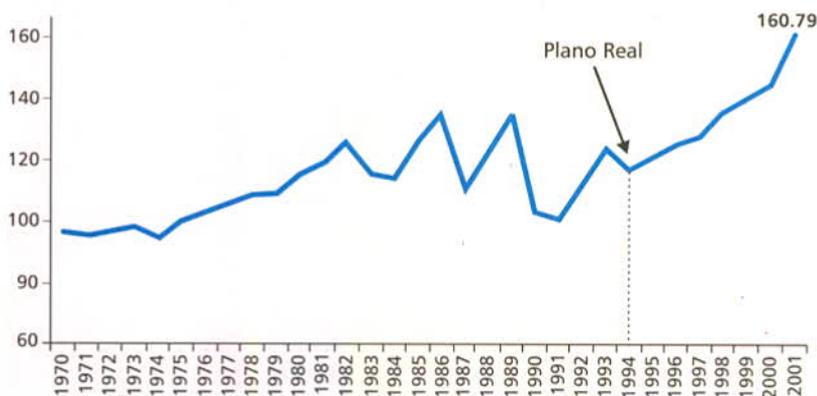
Ao mesmo tempo em que controlamos a inflação e fizemos as transformações que já mencionei – que foram muitas – o Brasil não parou. É preciso também que se mostre o que aconteceu com o salário mínimo. Isso aqui é um gráfico que vai de 1970 até hoje. Nunca o salário mínimo real esteve em nível tão alto. Os dados são eloqüentes a respeito. É baixo o salário, queremos mais, podendo. Mas a verdade é que o gráfico mostra com simplicidade que depois do Plano Real o salário mínimo sofreu uma elevação acentuada. Nunca foi tão alto na nossa história.

De vez em quando, vejo dados a respeito do salário mínimo nos anos 50. As pessoas se esquecem de que, naquela época havia, segundo o Ministro Pedro Malan, mais de 30 salários mínimos dife-

rentes no país. O Rio de Janeiro tinha o salário mais alto. E se toma o salário do Rio de Janeiro como se fosse o salário mínimo do Brasil. Não era. Então, o dado engana. Quer dizer, quando se pega uma série muito longa, estão se medindo coisas diferentes, porque o salário mínimo era muito variado, havia muitos salários mínimos. Não era um só. Pega-se às vezes o mais alto, que é o do Rio de Janeiro, para dizer que no passado o salário mínimo era mais alto.

Salário Mínimo Real

médias anuais deflacionadas pelo IPC-FIPE,
em R\$ de abr. 2000



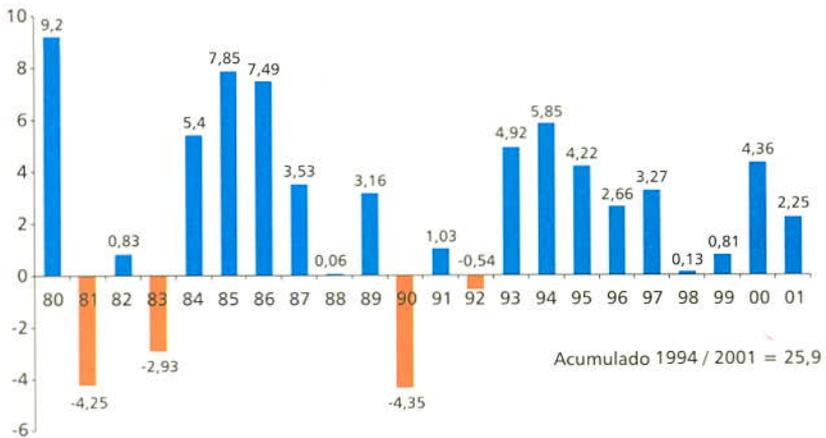
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Vejo, freqüentemente, dizerem que o salário mínimo no Brasil está piorando. Não é verdade. É erro de estatística. Faltou cabeça para analisar ou boa fé para dizer as coisas como elas são. Houve um esforço grande para que o salário mínimo mantivesse o poder de compra. Quando se compara o salário mínimo com a cesta básica, vê-se que esta teve um aumento de 44%, desde o lançamento do real. E o salário mínimo teve um aumento de 177%. E se for agora, o ano de 2002, de 208%. Também, quando se vêem os índices de inflação, houve um aumento efetivo, real, do salário mínimo. Não está bom, precisa aumentar a produtividade, a riqueza, controlar mais os gastos do Estado, porque hoje quem recebe salário mínimo é basicamente o aposentado do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS. Mas, na verdade, ele nunca esteve em nível real tão elevado como agora. Ou seja, a estabilização não foi feita às custas do trabalhador.

O próximo gráfico mostra o que acabei de dizer. Nós fizemos a estabilização, em 1994, e em nenhum ano houve crescimento negativo. Houve crescimento baixo. Em 98, foi a crise da Rússia. Em 99, houve a nossa crise. Mas o crescimento foi sempre positivo.

Quando se olha mais para trás, para antes de 1994, vai se ver: um ano que cresce e depois cai, cresce e cai. Mais para trás ainda, nos anos 80, foi assim também, cresce e cai. No Plano Real, nunca tivemos queda do produto.

Produto Interno Bruto (%)



Fonte: IPEA

* Crescimento acumulado até o 3º trimestre do ano

Se se olhar o crescimento *per capita*, certamente, aqui, nesses dois anos – 98 e 99 – houve queda, nos outros houve um aumento. Em média, houve um aumento de quase 2%, *per capita*, por ano, depois do Plano Real. Quando se examina o crescimento *per capita*, nos anos anteriores ao Plano Real, ele foi ano sim, ano não; um sobe, outro desce, um sobe, outro desce, um ziguezague que é a falta de estabilidade.

Se nós acumularmos o crescimento destes anos tivemos um aumento de 25%. Ou seja, para responder a muitas críticas e sintetizar: estabilizamos a economia, mantivemos a inflação sob controle, houve aumento da produção, houve aumento da produtividade, o

salário mínimo real não caiu – aumentou – e o crescimento da economia foi de 25%. Não houve estabilização com recessão.

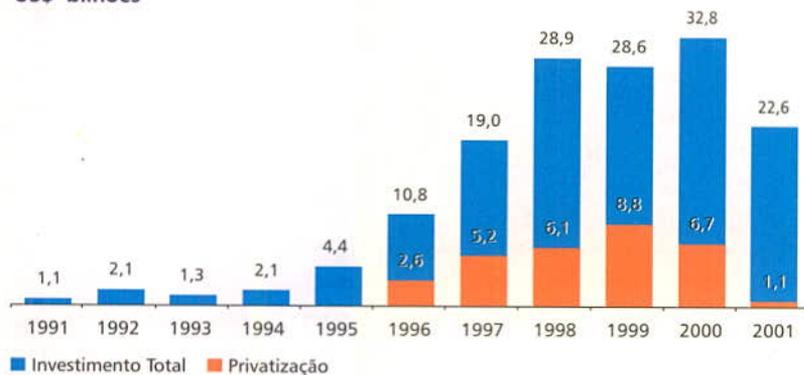
Poderíamos ter crescido mais. Gostaria que fosse mais. Espero que venha ser mais no futuro, mas estamos atacando muitos problemas simultaneamente e num momento em que a economia se globalizou. Como já lhes mostrei, em certos momentos, a crise veio de fora, como veio de fora, de novo, no ano 2001. É verdade que nós ajudamos com a crise de energia, também. Mas a recessão mundial veio de fora e isso não há como se resolver, internamente.

O fato é que, dadas as circunstâncias, nós estamos lutando para o Brasil avançar. E o Brasil está avançando.

Este é um dado conhecido: a entrada de investimentos estrangeiros diretos.

Entrada de Investimentos Diretos

US\$ bilhões



O ano de 2001 foi o da grande crise da economia mundial. Ainda assim, recebemos 22,6 bilhões de dólares. Só a China recebeu mais do que nós.

Agora, o que conta mais não é isso, não. O que conta mais é o seguinte: a taxa de formação bruta de capital fixo deve ser na ordem de 20% este ano. É baixa, podia ser mais alta, mas já foi muito

mais baixa, chegou a 13%, 14%. Isso quer dizer que, em relação a um produto de 600 bilhões de dólares, nós estamos investindo 120 bilhões de dólares. Segue verdadeira a tese de Barbosa Lima Sobrinho: "O capital se faz em casa". Quer dizer, o capital que venha acrescentar à poupança doméstica, é bom que venha, ele traz tecnologia, ele traz abertura de mercado. Mas o grosso da capitalização continua sendo doméstica. Ou seja, a força do país é grande.

Se formos olhar – está publicado nas revistas especializadas recentes – veremos que entre as 500 maiores empresas, ou as 50 maiores empresas, não houve perda de controle por parte das empresas de capital de brasileiros. Nem nos bancos, onde continua havendo uma forte participação estatal. Então, também, a tese de que "cresceu mas desnacionalizou", não é verdadeira. Num certo sentido, houve penetração de capital estrangeiro, mas não houve a perda de controle. Alguns perderam, obviamente, mas outros ganharam, brasileiros.

No conjunto, houve transformação, controle da inflação, porém o peso maior desse controle não caiu sobre os mais pobres. Talvez tenha caído sobre a classe média e sobre os ricos. Mas não caiu sobre os mais pobres. E mantivemos um projeto de desenvolvimento, de crescimento e o país está com a economia pronta para voltar a crescer com mais força, dependendo das circunstâncias gerais.

Nós também mudamos bastante o Estado. Mudamos, mas não diminuímos. Mudamos mas não fizemos com que o Estado perdesse capacidade de ação. Mudamos mas demos ao Estado mais eficiência e mais transparência.

O tópico transparência é importante. O mundo, hoje, quer crescimento, quer bem-estar, quer gente menos pobre, quer respeito ao meio ambiente, mas quer dignidade, quer ética. E a saudável reação ética no Brasil é muito bem-vinda.

As contas e a gestão do Governo Federal, hoje, sofrem muitos controles. Existe o controle do Tribunal de Contas, existe o controle do Comitê de Controle Interno, que era do Ministério da Fazenda e agora é da Casa Civil. Existe o controle da Corregedoria Geral. Existe o Conselho de Ética que criamos para controlar o funciona-

lismo público. Existe o controle do Ministério Público. Existe o controle da imprensa. Não há ato público, hoje, que não passe por uma série imensa de controles, às vezes controversos, às vezes, exagerados. Mas é melhor assim. É melhor assim, porque as coisas se esclarecem e, se estiverem erradas, muda.

Hoje, podemos dizer que avançamos para uma gestão cada vez mais transparente, em todos os níveis. Isso foi mais importante até do que a reforma do Estado – do que ter criado as agências que mencionei, ter desburocratizado a gestão da saúde, da educação, da reforma agrária, do que ter municipalizado, ter descentralizado, ter criado comissões de participações de controle.

Uma parte do nosso orçamento é participativo. Nenhum orçamento é mais participativo do que o da União, naquilo que cabe ser participativo, que é a destinação de verbas da saúde, de verbas de educação.

A sociedade civil precisa ser ainda mais ativada. Mas a direção de um Estado democrático, responsável e que sirva à cidadania está marcada. É preciso continuar. É preciso mudar muita coisa, avançar mais. Avançar mais, mas não dizer: “Joga fora tudo que está aí”. Jogar fora tudo que está aí é jogar fora tudo isso que mostrei. É jogar fora um novo Brasil. Não vamos deixar jogar fora o novo Brasil. O país não vai deixar jogar fora o novo Brasil. Vai melhorar, vai mudar, certamente. E, quando vier o novo governo, espero que seja muito melhor que o meu. Estarei apto, se estiver vivo, a aplaudir entusiasticamente. Mas não para destruir o que o povo fez. Isso, não. O povo fez essa transformação dentro da democracia.

Diante disso, acho que o rumo está dado. Temos um projeto de Brasil. Temos que seguir nesse projeto com mais energia. E quero lhes dizer o seguinte: vamos governar até o fim do mandato como se estivéssemos no início do mandato. Estou falando a vocês, cansativamente, porque acredito no Brasil. Gosto do Brasil. Trabalho pelo Brasil. Vamos continuar assim. Vamos trabalhar pelo Brasil. Vamos avançar. Até o fim do Governo, vamos trabalhar.

Haverá eleições neste ano. Fato normal em uma democracia e assim vai ser considerado. Será ridículo pensar em utilizar a má-

quina administrativa, até porque as máquinas são inúteis para o voto. Isso foi no passado. São negativas e inúteis para o voto.

Vamos trabalhar. E, para trabalhar, vamos precisar que isso que anunciei aqui – não vou voltar a falar cada obra que vai ser terminada; vocês vão receber por escrito – seja feito. Vamos exercer um controle ainda mais rigoroso.

Vamos pedir uma ação parlamentar vigorosa. Ação parlamentar que está resumida, aí, em alguns itens. A prorrogação da CPMF, com a isenção da CPMF para as bolsas, está a ponto de ser votada. Precisamos da votação disso até março. O que passar de março é perda para o Brasil de 400 milhões de reais por semana. Ou se vota até março ou cada semana, serão 400 milhões de reais a menos no orçamento. E como vou controlar a questão da inflação, vou cortar despesas. É duro. Mas é assim.

Depois, vem a uniformização do ICMS. Já está no Congresso. Todo mundo pediu isso. Está lá. É para acabar com a guerra fiscal.

Há vários outros projetos, como o da Lei de Concordatas. Chamo a atenção para o projeto da CPMF, para o projeto do ICMS e para o projeto do Sistema Financeiro, da sua regulamentação. Há uma proposta de emenda constitucional que, simplesmente, dá liberdade de organizar o sistema financeiro, lei por lei, mas é muito importante por causa do Banco Central.

Depois, a valorização do acordo coletivo de trabalho. E também o PL n° 9, em que faltam duas ou três votações. E isso é fundamental. Diz somente o seguinte: os novos funcionários públicos vão se reger pelo sistema de contribuição definida. É uma coisa normal, universal, como todo brasileiro faz. Não há razão, a não ser um corporativismo desnecessário e que atrapalha a Previdência, para que o Congresso não vote. Então, apelo ao Congresso para que vote isso. E não é verdade que o eleitorado não quer. É só explicar ao eleitorado do que se trata. Dizer: olha, o projeto quer que todo mundo seja igual no Brasil. Só isso. Que seja igual a você. Se você já contribui assim, por que uma categoria vai contribuir diferentemente? Isso nós vamos ter que votar. Essas são as leis fundamentais nessa área.

É muito importante que se vote esse conjunto da legislação relativa à segurança pública – já conversei com os presidentes da Câmara e do Senado. A modernização da Lei de Execuções Penais é importante, porque isso é que dá impunidade. A mesma coisa, o Código de Processo Penal, porque não se chega a um resultado nunca. Depois, o aumento de penas para crimes financeiros, a questão da corrupção internacional, e o combate às organizações criminosas. Isso tudo já está no Congresso, está debatido, está discutido. São medidas moralizadoras, são medidas de execução mais rápida e que precisam ser votadas. Na mesma linha, há projetos que modificam algumas atribuições da Polícia Federal e normas penitenciárias.

Falta pouco para votar o Estatuto do Índio. Nós devemos aos nossos indígenas a renovação desse Estatuto. Acho que é preciso avançar nessa matéria. E também na Política Nacional de Turismo, porque o turismo é essencial para os nossos programas de exportação, para os nossos programas de emprego. Não é uma agenda pesada, mas é preciso que se vote isso.

E é preciso também dizer aos ministros que faço questão absoluta – reitero, absoluta – de atender a todas as metas do Projeto Alvorada, sobre o qual já falei rapidamente aqui, porque é o que vai tocar mais fundo na questão da pobreza, na questão do Nordeste. Vamos ter que fazer um esforço e alcançar todas essas metas.

Não falei de cada Ministério. Nós fizemos no Ministério de Esportes e Turismo, por exemplo, um avanço grande. Hoje, estamos recebendo mais de 5 milhões de turistas estrangeiros. Recebíamos 1 milhão de turistas. Vamos ter que incentivar mais o turismo. E no esporte, também nas quadras esportivas e no esporte na escola, no esporte olímpico, é uma grande transformação que vai ter que ser apoiada.

O Governo Federal está fazendo metrô em muitas cidades. Não dá para falar de tudo, mas são áreas onde ainda temos muito por fazer. E este ano ainda dá para fazer. Aí estão algumas metas que vão ser especificadas. São programas, não são fantasias. Existem os recursos, existem os mecanismos, existe uma articulação.

Nós estamos atrasados na questão de saneamento básico. Precisamos que o Congresso resolva a questão da titularidade do sanea-

mento, para que possamos avançar com mais velocidade. Sem isso, não poderemos baixar ainda mais a mortalidade infantil. É preciso que se avance nessa matéria. Essas são as metas setoriais sobre as quais não é preciso ir além do que já disse aqui.

O Banco da Terra é uma inovação considerável que tem que ser valorizada. Já houve um avanço do Banco da Terra, é um mecanismo positivo, de grande aceitação.

Há uma lista das obras que nós vamos concluir. Foi feita uma análise cuidadosa. Não quer dizer que as outras não vão ser feitas. Essas têm que ser concluídas, porque são fundamentais e podem ser concluídas.

Vejam vocês, de trens urbanos há muita coisa: Porto Alegre, Fortaleza, Recife, Belo Horizonte e São Paulo. Nós estamos fazendo vários trechos. Eu já mencionei quase tudo.

O Governo Federal gastou cerca de 800 milhões de reais na construção de penitenciárias. Temos feito muitas. Vamos fazer agora cinco penitenciárias federais. Fazemos em cooperação com os Estados, basicamente, para segurança deles. Agora, é preciso reformar as penitenciárias. Por isso, há aí também algumas medidas que precisam ser adotadas, porque não adianta fazer as penitenciárias e deixar que elas virem escola de crime.

É preciso apoiar os Estados na questão dos agentes penitenciários. Os Governadores todos me falam disso. Tem que mudar muito a política penitenciária, o tipo de guarda da penitenciária. Deixar mais livre o policial militar, para ele estar na rua. Chegar a um entendimento com a Polícia Civil, para ver quem fica na rua, quem faz o inquérito. Facilitar o inquérito porque, do jeito que é nunca se chega a uma condenação. A impunidade fica aí, à solta.

É preciso mudar a legislação de armas também. O projeto é nosso, está no Congresso há muito tempo. É do líder do Governo no Senado. A adulteração de armas não é punida, a não ser para quem está adulterando. Quem é pego com uma arma adulterada, não. Não pode. Para que se tem arma adulterada na mão?. Tem que

ser punido. Nós temos que ser muito mais duros na legislação e na implementação da legislação preventiva dessa matéria. Não tem cabimento que não se proíba o porte de armas. Tem que aumentar a pena para uso de armas ilegais.

Há tempo para tudo isso. É compromisso, diante da crise de segurança. É compromisso de todo brasileiro, portanto, do Congresso também, como do Executivo, avançar o mais rapidamente possível nessa matéria.

Enfim, peço desculpas por tê-los cansado por tanto tempo. Mas eu achava que era da minha obrigação. E a mensagem que quero deixar firme aqui é: nós vamos continuar no rumo. O Brasil tem rumo, o Brasil está avançando. Dei os dados, não falei palavras, mostrei números. Quem achar o contrário, que traga números e não palavras.

E nós não vamos deixar que esse avanço esmoreça no último ano de Governo. Este último ano tem que ser um ano de muita força, de muita energia. E é para isso que os convoquei.

Quero agradecer, também. Quero agradecer, porque recebi muito apoio esses anos todos, e espero continuar recebendo, dos ministros, dos funcionários. Eu sempre tenho me referido àqueles que, anonimamente, trabalham, que são muitíssimos e sem os quais o governo não funcionaria. E também ao fato de que temos uma administração pública competente. É preciso valorizar o nosso funcionário público, porque ele é competente. Valorizar não é só a questão de salário, não; é a questão moral. É não aceitar a idéia de que o funcionário não trabalha ou que é corrupto. Os que forem corruptos ou não trabalharem, aí, sim, tenhamos coragem de botá-los para fora. Já há lei para isso, já pode botar para fora os maus funcionários. Mas é preciso que haja a valorização do nosso funcionalismo.

Por fim, quero fazer, além do agradecimento, um apelo ao Congresso. O agradecimento porque, realmente, se nós pudemos superar crises, é porque tivemos capacidade de buscar a unidade nos momentos decisivos. O Congresso sempre foi sensível a isso.

Faço um apelo: que, diante do que foi exposto aqui, que sejam votadas as leis necessárias para nós darmos mais uma arrancada, so-

bretudo na questão da segurança, na questão do Banco Central, na questão da Previdência, na questão das exportações, na questão da legislação trabalhista. Que sejam votadas e, se o governo for derrotado, foi derrotado. Mas, o governo vai se esforçar, primeiro, para não ser derrotado e, segundo, para que essa agenda funcione. Nós temos poucos meses, porque não seria humano pedir aos parlamentares que, depois de junho, não se concentrassem nas suas eleições. Mas, até lá, dá muito tempo.

Termino dizendo que o Plano Real, que começamos a implementar com a URV, foi praticamente feito de outubro de 93 a março de 94 e implementado daí por diante. E o Plano Real não era fácil de fazer. A crise de energia foi enfrentada em quatro meses. Nós temos que nos concentrar no que nos falta fazer, no que temos ainda pela frente. Nós ainda temos onze meses. É muito tempo. Não pode ser perdido. É muito tempo, e o Brasil precisa do nosso trabalho.

Muito obrigado.

Notas

- ¹ A Unidade Real de Valor – URV foi estabelecida em fevereiro de 1994 e é considerada um dos pilares da reforma monetária que se completou com o lançamento do Plano Real. Ela foi criada para ser a referência única em transações entre agentes econômicos, por oposição ao sem-número de indexadores formais e informais usados durante o processo inflacionário. Mais do que simplesmente uma sinalização para os agentes, a URV foi o embrião da nova moeda – o real, que foi implementada quatro meses depois.

O propósito da URV era manter o poder de compra dos agentes e sincronizar os reajustes de preços. Para tanto, foi estabelecida uma taxa de conversão diária entre a URV e a moeda da época, o cruzeiro real, calculada pelo Banco Central usando uma composição de três índices de inflação – IGP-M, IPCA-E e 3ª prévia do IPC-Fipe. A URV foi também um teto para a flutuação da taxa de câmbio. Ela foi implementada gradualmente, começando pelos salários, preços públicos, salário mínimo e novos contratos e terminando com a adoção nos mercados financeiros. Desse modo, ela foi uma medida eficaz para controlar o componente inercial da inflação brasileira até a completa adoção do real, em 1º de julho de 1994.

- ² Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que funcionou de outubro de 1993 a janeiro de 1994, para investigar irregularidades no processo de apreciação do projeto de lei do orçamento federal. Suas conclusões levaram à cassação, pelo Congresso Nacional, dos mandatos de seis deputados e à renúncia de outros quatro.
- ³ Plano de estabilização baseado no congelamento de preços, lançado em 1994, conseguiu conter a inflação somente por alguns meses.
- ⁴ Brasil em Ação foi um conjunto de 58 empreendimentos estratégicos conduzidos pelo Governo Federal, diretamente ou em parcerias com o setor privado, no período 1996-1999. O conceito de eixos nacionais de integração e desenvolvimento e o modelo gerencial introduzidos no Brasil em Ação serviram de base para o Plano Plurianual 2000-2003 – Avança Brasil.

O Plano Plurianual é o principal instrumento de planejamento de médio prazo das ações do Governo Federal. Ele passa pela aprovação do Congresso Nacional e serve de base para a elaboração dos orçamentos anuais. Para o período 2000-2003, o Plano Plurianual recebeu o nome de Avança Brasil e trouxe mudanças importantes no sistema brasileiro de planejamento e orçamento.

Foi adotado um novo conceito de programa, segundo o qual as ações e os recursos do Governo são organizados de acordo com os objetivos a serem atingidos. Coerente com o Plano de Estabilização Fiscal, a quantificação dos programas e suas ações foi baseada na previsão de recursos fiscais para o período.

O plano baseou-se no programa de governo apresentado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em sua campanha para a reeleição, em 1998. Um amplo estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento balizou a organização espacial das ações e a seleção de empreendimentos estruturantes, que dão ao Plano Plurianual a dimensão de um projeto de desenvolvimento nacional. O Governo também adotou um modelo gerencial voltado para a obtenção de resultados concretos, medidos pelo seus efeitos na sociedade.

- ⁵ A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE é uma autarquia federal criada em 1959, no governo do presidente Juscelino Kubitschek. Ela teve por atribuições promover o desenvolvimento do Nordeste, realizar estudos, pesquisas e diagnósticos e atuar no planejamento e na coordenação dos investimentos do Governo Federal na região. Vinculada ao Ministério da Integração Nacional, ela está sendo transformada numa nova Agência de Desenvolvimento.
- ⁶ Os dados do Censo de 2000, divulgados em maio de 2002, apontam uma queda ainda mais acentuada da mortalidade infantil. Na série corrigida pelo Censo, a média do Brasil em 2001 é de 20 por mil nascidos vivos.

Governo do
BRASIL